

GOVERNO PÕE 50 EMPRESAS À VENDA

TRIBUNA
da imprensa

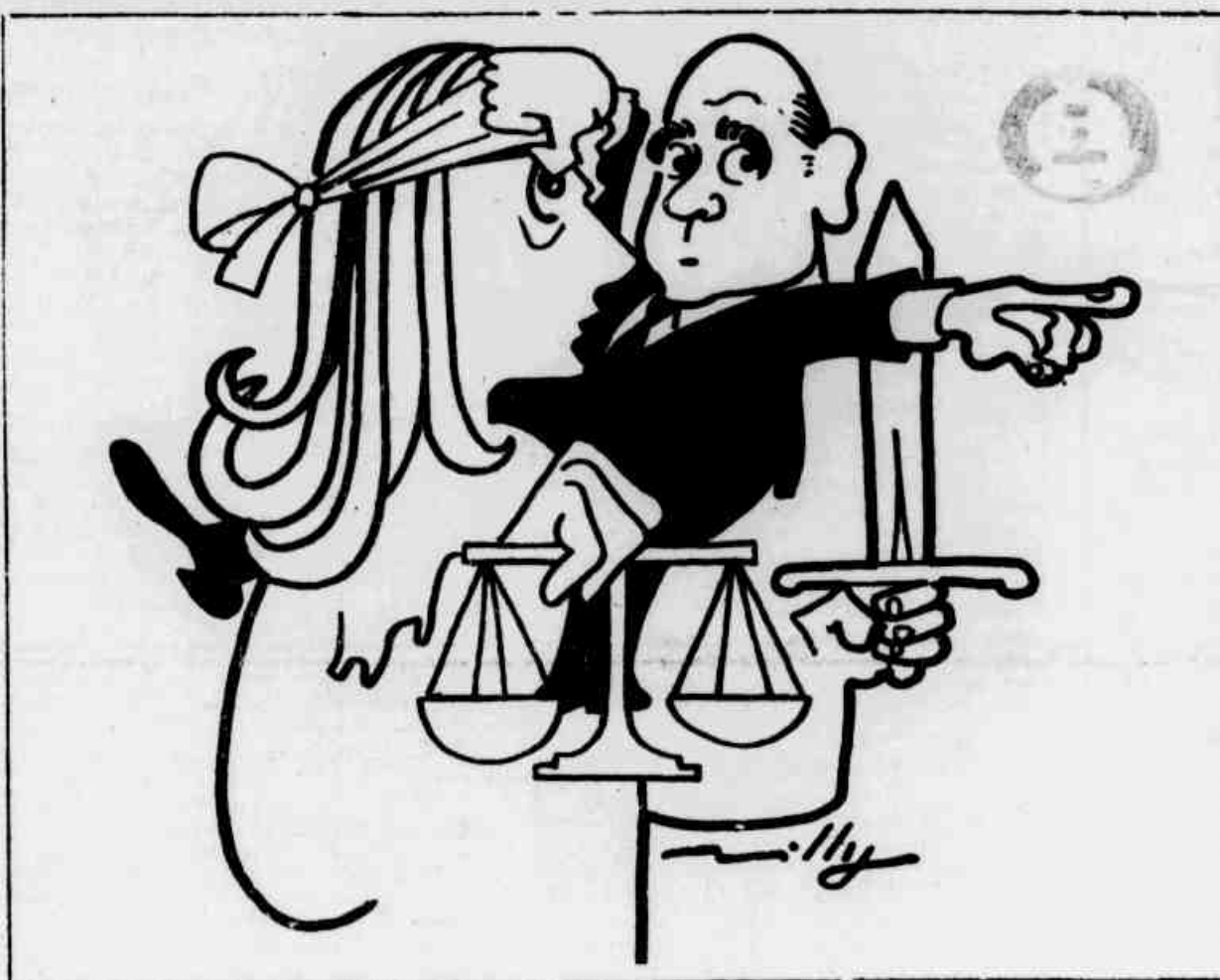
ANO XXX — N.º 9.757
RIO DE JANEIRO, Terça-feira, 1.º de setembro de 1981

SEM
CENSURA

Com base em exposição de motivos dos ministros do Planejamento e da Desburocratização, o Presidente João Figueiredo aprovou ontem relação de 50 empresas públicas passíveis de transferência para o setor privado. As empresas foram agrupadas em três categorias: 1 — As confiscadas ou incorporadas ao Patrimônio Nacional; 2 — As que estão sob controle transitório, direto ou indireto, da União e as subsidiárias criadas para atender ao disposto no Código de Mineração. Entre as empresas à venda pelo Governo estão a Fiação e Tecelagem Lufalla, do governador Paulo Maluf; a Fábrica de Cimento Perus, confiscada ao milionário, já falecido, J.J. Abdalla; a Acesita, a Siderama, a Cobra, a Datamec, a Livraria José Olímpio e a Petroquímica União. — (Página 2)

Planalto amplia as reformas

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, depois de despachar com o presidente João Figueiredo, confirmou que o Governo realmente propôs a realização das eleições do próximo ano em dois turnos e anunciou a eliminação da exigência de domicílio eleitoral para os candidatos nos novos Estados da Federação. Abi-Ackel admitiu também a realização de eleições em todas as áreas de Segurança Nacional. O líder do PDS na Câmara, deputado Hugo Mardini, antecipando-se ao ministro, garantiu que o Governo enviará ao Congresso projeto-de-Lei Complementar que assegure a elegibilidade dos casados e de todos os punidos por atos revolucionários. As sublegendas estão confirmadas. — (Páginas 3 e 4)



Empresários acusam as indústrias

Dois destacados industriais acusaram ontem a indústria automobilística de ser a principal responsável pelo fracasso do Proálcool. Antônio Ermírio de Moraes, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, disse que "o mau desempenho dos automóveis movidos a álcool levou o público a deixar de acreditar no Proálcool e atribui isso a relaxamento por parte da indústria automobilística". Lamartine Navarro Jr., membro da Comissão Nacional de Energia, disse que os tratores e caminhões do País continuam queimando petróleo, porque "a indústria automobilística não está cumprindo um protocolo assinado com a CNE, que determinou a prioridade na produção de tratores e caminhões a álcool". — (Página 6)

Oficiais da PM fogem do Cel. Cerqueira

Sete dos nove coronéis da Polícia Militar do Rio, promovidos na semana passada pelo governador Chagas Freitas, pediram transferência para a reserva. Com essa "revoada", sobe a quase 20 o número de oficiais que deixaram o serviço ativo da corporação, desde 11 de fevereiro, quando o coronel do Exército Nilton Cerqueira assumiu o Comando Geral. Os sete coronéis já se encontram à disposição do Departamento de Pessoal, conforme despacho do comandante-geral publicado no Boletim Reservado da corporação. Ainda de acordo com o Boletim Reservado, que não revelou as razões, o comando extinguiu a Secretaria-Geral e exonerou de comandos dez coronéis e tenente-coronéis. Mais 15 policiais foram expulsos ontem da PM. — (Página 9)

Irã sepulta presidente e primeiro-ministro

Os funerais do presidente e do primeiro-ministro iranianos ontem, em Teerã, reuniram mais de um milhão de pessoas. Os dois morreram no atentado ocorrido na véspera contra o escritório do chefe do Governo, provocando três mortos e nove feridos. O aiatolá Komeini, deixando de lado sua indiferença em relação à onda de violência, não pôde conter a sua emoção diante da morte dos seus principais auxiliares: "Nenhuma potência pode enfrentar uma nação que se considera originária de Deus", afirmou. Em Paris, o líder da Oposição, Radjavi, refugiado juntamente com Bani Sa'ad, disse que foi "a resposta natural e indispensável a um dos regimes de terror e de tortura únicos na História moderna do mundo". — (Página 8)

Dinheiro da Loto para a Educação

Os secretários de Educação de vários Estados, reunidos ontem em Brasília, sugeriram ao Ministro Rubem Ludwig que a Caixa Econômica Federal, com o excesso de recursos provenientes da Loto, faça uma injeção financeira nas Secretarias de Educação, na conta do Fundo Perdido e não como financiamento. Os secretários disseram ao Ministro que os Estados, sem dinheiro, não estão podendo cumprir a obrigação legal de garantir ensino a todas as crianças entre 7 e 14 anos. E apontaram outras dificuldades: o MEC reduziu o Programa do Livro Didático; as Cantinas das escolas estão vazias, porque a merenda escolar está atrasada; os salários dos professores estão comprometidos pelo atraso do repasse do salário-educacional; os Estados não têm com que construir escolas. — (Página 9)

Jânio Quadros quer ficar longe dos acontecimentos

(Página 7. Em Primeira Mão)

Figueiredo anuncia hoje pela TV "pacote" do INPS

(Página 2)

PAULO BRANCO

Coerência

Mudou Paulo Maluf ou mudou Abreu Sodré?

Frase

Eleições

Quem não quer que o povo vote é porque sabe com certeza que o povo sabe votar.

Exceção

Do prefeito de Niterói, Moreira Franco:

Mesmo sem ter aprofundado o assunto, Moreira Franco, entende que se quiserem realmente dividir em dois turnos as eleições do próximo ano, a segunda deve ser iniciada no dia seguinte após o término da primeira.

Uma sugestão para calar os inimigos de eleições.

Moto

Quando o governador Chagas Freitas enviou telegrama ao presidente João Figueiredo sugerindo o nome do sr. Jair Toscano para substituir o atual prefeito de Angra dos Reis — em desgraça com o Governo federal — a decisão em torno do assunto já estava tomada.

Foi na audiência com o senador Amaral Peixoto e Léo Simes que o presidente do PDS recomendou o nome do sr. Teófilo e, no mesmo dia, o general Figueiredo instruiu o ministro Ali-Akbar a examinar a substituição.

A mudança se processa de forma tão sincronizada, que chega a dar a impressão de plena harmonia entre Chagas Freitas e o Palácio do Planalto.

Pauta

Praticamente desde o dia em que tomou posse na Prefeitura do Rio, em substituição ao sr. Israel Elstein, Jêlle Coutinho está para demitir-se. Ontem os ventos sopraram mais forte o dia inteiro. ♦ Se trabalhar como manda o figurino, o Governo chegará à conclusão que poucas das casas de saúde em funcionamento no antigo Estado do Rio poderão continuar credenciadas junto à Previdência. Aliás, ninguém pode depor melhor sobre o assunto que o sr. Peryelle Tupi Vieira. ♦ O economista José Luis Montelle acaba de adquirir a sua oitava fazenda em Vassouras. Todas produzindo a pleno vapor.

(Até a Cobra, Açesita e Ferro e Aço Vitória no listão)

Usineiros estocam armas no Nordeste

Segundo o parlamentar, "uma minoria interessada na radicalização e na volta da repressão está utilizando o problema da zona canavieira de Pernambuco num contexto geral de agitação programada para o Brasil. Agentes da repressão, infiltrados em toda parte, aproveitam o desespero do povo com a finalidade de engendrar a agitação e a baderna e provocar o fechamento do regime por um golpe de Estado".

REME vence na AMB e chama médicos à luta

Atuar no sentido de inserir os médicos nos debates e decisões referentes ao Sistema Nacional de Saúde, sem uma formulação estreita, partidária ou ideológica, é a principal preocupação do novo presidente da Associação Médica Brasileira, Mário Barreto Corrêa, eleito com 70% da votação e com quase dez mil votos do seu concorrente, o médico Waldenir Bragança.

Mário Barreto Corrêa, que é o atual presidente da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, encabeçou a chapa de Oposição — RENGE — a qual, à exceção de alguns municípios mineiros e gaúchos, sagrou-se vitoriosa em todos os outros Estados.

PMDB quer governador de Rondônia eleito

BRASÍLIA — A eleição direta do primeiro governador do Estado de Rondônia vai ser sugerida pelo relator da mensagem do Executivo elevando aquele Território à categoria de Estado, deputado Osvaldo Macedo (PMDB-PR). O parecer será apresentado amanhã na Comissão de Justiça da Câmara. O deputado paraense pretende seguir o exemplo do Acre, elevado a Estado e com governador eleito diretamente, no Governo João Goulart.

Orçamento mantém em 82 projeto econômico

BRASILIA — O presidente João Figueiredo enviou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei orçamentário estimando a receita e fixando a despesa da União para 1983 em Cr\$ 4.471.970 milhões, o que, segundo a mensagem presidencial, "reflete a manutenção da política de desenvolvimento social e econômico implementada neste Governo e permite o atendimento das prioridades definidas, segundo limites fixados em função do efetivo controle dos índices inflacionários e da superação das vicissitudes conjunturais existentes". As principais fontes de financiamento dos dispêndios públicos em 1983 continuarão sendo as receitas tributárias do Tesouro, que deverão atingir o valor global de Cr\$ 4.000,3 bilhões, com um crescimento nominal de 74,8%, se comparado com as estimativas de arrecadação este ano.

BRASÍLIA — A Cobra, a Acesita, a Ferro e Aço Vitória, a Caratéis Metais, a Companhia Brasileira de Cobre e a DATAMEC estão entre as primeiras 50 empresas estatais postas à venda pelo Governo, segundo anúncio da agência oficial EBN. A lista foi preparada pelos ministros do Planejamento, Fazenda e Desburocratização e poderá provocar reações negativas, por incitar empresas de interesse da Segurança Nacional ou já "salvas", como é o caso da Cobra e da Acesita.

A primeira reação à lista partiu do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, para quem os empresários brasileiros, às voltas com suas próprias dificuldades, não tem a menor condição de assumir a compra dessas empresas. Esclareceu que só a Datamec teria uma proposta de compra. Para as demais, só com financiamento do próprio Governo em condições excepcionais.

— Cinquenta empresas públicas constam da relação aprovada ontem pelo Presidente João Figueiredo como passíveis de transferência para o setor privado, de extinção ou de desativação. A decisão do Presidente da República foi baseada em exposição de motivos dos ministros do Planejamento, Fazenda e Desburocratização, de acordo com trabalho realizado pela Comissão Especial de Desestatização e Desburocratização das Empresas Estatais.

As cinquenta empresas estatais foram agrupadas em três categorias, a saber:

Grupo I — empresa confiscadas e/ou incorporadas ao patrimônio nacional: Companhia Paulista de Celulose — COPASE; Estrada de Ferro Corovado; Companhia Brasileira Cimento Portland Perus; Indústria Brasileira de Papel-INBRAPEL; Companhia Melhoramentos de Blumenau — Grande Hotel Blumenau; Estrada de Ferro Peurus — Pirapora; e Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos — CIBRAPE.

Grupo II — empresas sob contro-

INPS não mexe nos 8%, anuncia o Presidente

BRASILIA — O Presidente Figueiredo anunciará hoje à noite, por uma cadeia de rádio e televisão, as medidas que serão encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional para elevar a receita da Previdência Social e evitar que o déficit do sistema chegue à casa dos Cr\$ 200 bilhões ao final do ano. Entre as inúmeras alternativas contidas no "pacote previdenciário", o Palácio do Planalto destacou, por enquanto, a elevação da alíquota de contribuições ao INPS de qualquer natureza; a fixação de um limite de idade para aposentadoria; e a eliminação dos auxílios natalidade, funeral e família aos que recebem acima de cinco salários-mínimos.

Do projeto de lei constam como principais alterações no sistema previdenciário: elevação do teto do salário de contribuição dos atuais 15,5 mínimos para 20 por cento; eliminação dos 10 por cento sobre o INPC pagos aos aposentados que recebem entre 1 e 3 mínimos; redução nos gastos com assistência médica da ordem de Cr\$ 200 bilhões com o consequente congelamento dos serviços ao nível de 1964, entre outras medidas de contenção de despesas; criação de um conselho administrativo quadripartite que ditará a nova política de assistência médica previden-

le transitório, direto ou indireto, do União, mas não incorporadas ao seu patrimônio: Aços Especiais Itabira — Acesita; Caraíba Agrícola S.A.; Caraíba Metais S.A. — Indústria e Comércio; Carbonífera Barão do Rio Branco S.A. COBRA — Computadores e Sistemas; Brasileiros S.A.; Companhia América Fabril; Companhia Brasileira de Cobre — CBC; Companhia Ferro e Aço de Vitória — COFAVI; Companhia Pernambuco de Borracha Sintética — COPERBO; Companhia Química de Recôncavo — COR; Companhia Siderúrgica da Amazônia — SIDERAMA; Companhia Siderúrgica Mogi das Cruzes — COSIM; Companhia Usinas Nacionais; Datamec S.A. — Sistemas e Processamentos de Dados; Datamec — Educacional Ltda; Empresa Carbonífera Próspera S.A.; Fábrica de Tecidos Dona Isabel; Florestal Acesita S.A. — FLORASA; Florestal Rocell Ltda; Força e Luz de Criciúma S.A.; Forjas Acesita S.A.; Hotel da Praia; Livraria José Olympio Editora S.A.; MAFERSA — Sociedade Anônima; Método, Organização, Planejamento e Administração de Sistema Empresariais Ltda; Mineração Ferro e Manganês S.A.; Oleos Palma S.A. — Agro-Industrial; Petroquímica União S.A.; Polimetall Indústria e Comércio S.A.; Refinaria Ramisso S.A.; Riocell Administração S.A.; Riocell Trade GMBH; Rio Grande Companhia Celulose do Sul — Riocell; S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla; Ultrafértil S.A. — Indústria e Comércio de Fertilizante; e Usiminas Mecânica S.A. — USIMEC.

Grupo III — empresas subsidiárias criadas para atender a disposto no Artigo 26, do Decreto-Lei nº 227/67 — Código de Mineração: Companhia Brasileira de Zinco — CBZ; Mineração Carbase Ltda; Mineração Carbase Ltda; Mineração Carbase Ltda; Mineração Carmec Ltda; Mineração Carzinc Ltda; e Mineração Niquel Santa Maria Ltda.

A comissão especial procederá a análise complementar dos aspectos jurídicos e econômico-financeiros das empresas e adotará as demais medidas determinadas pelo Decreto nº 86.215/81, com observância dos princípios fixados no seu Artigo 5º podendo sugerir, inclusive, as providências de ordem formal, necessárias à concretização da transferência do controle acionário das empresas para o setor privado ou à sua desativação e extinção.

ciária; redução da aposentadoria aos que retornarem ao trabalho; início do pagamento das aposentadorias na data da concessão e não do requerimento; e fixação de um teto mínimo (DAS-5) para os honorários dos médicos credenciados.

A criação de um caixa único na rede bancária para recolhimento das contribuições e pagamento dos benefícios num mesmo dia não foi aceita pelos bancos particulares, mas o assunto voltará a ser discutido nos próximos dias de forma a evitar que a Previdência continue pagando diariamente juros calculados em Cr\$ 100 milhões pelos saques a descoberto.

A transferência dos serviços médicos para o Ministério da Saúde também ficou para uma nova etapa, provavelmente logo depois que o ministro Jair Soares deixar a Previdência para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, em maio próximo, o mesmo acontecendo com a passagem da Central de Medicamentos (CEME) para o mesmo ministério.

Outras medidas administrativas, mas sem grande expressão financeira, deverão constar do projeto, como a racionalização de gastos de toda natureza nas entidades que compõem o SINPAS, principalmente a LBA e FUNABEM.

Governo vai garantir eleição dos cassados

(Lei de inelegibilidades será modificada)

PP fecha contra fim dos partidos

BRASILIA — O Diretório Nacional do PP reúne-se hoje, com agenda flexível, em que deverão ser avaliadas as condições do partido nos Estados e formalizada a rejeição definitiva à tese da extinção dos partidos, defendida pelo deputado Magalhães Pinto, a quem serão prestadas homenagens visando ao conagração partidário.

O encontro será realizado pela manhã, a ele devendo comparecer representantes de todos os diretórios estaduais, cujas presenças já foram confirmadas pela secretaria-geral do partido.

Esta será a primeira reunião do Diretório Nacional do PP, de vez que habitualmente as decisões são tomadas pela sua comissão executiva, órgão com menor número de integrantes, a maioria dos quais parlamentares, e mais fácil de reunir.

PTB não quer o PDT registrado

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ingressou ontem à tarde em Brasília com pedido de impugnação do registro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) alegando fraudes em diversos documentos desta agremiação. Ontem era o último dia de prazo para que este tipo de requerimento desse entrada no TSE. No Rio o ex-deputado Lyáneas Maciel não deu a menor atenção ao pedido, informando que o PDT já esperava por isso. Lyáneas considera que esta "é uma tentativa de evidência de dois elementos do PTB que não têm qualquer expressão", referindo-se aos autores do pedido de impugnação, Fernando Leandro e Jorge Cury.

A tentativa de impugnação do registro do PDT, segundo informou Fernando Leandro, é baseada em quatro itens:

— Falta de notificação dos conveniados quando da realização das convenções partidárias.

— Alguns suplentes teriam votado antes de alguns efetivos.

— Quebra do sigilo do voto secreto na eleição da Comissão Executiva e que consta em Ata.

— E, por fim, segundo Fernando Leandro, o pedido de registro partidário do PDT não foi requerido pelo Diretório Nacional do partido, como determina a lei e sim pelo presidente do partido e seu secretário-geral.

Ao todo o requerimento tem 26 folhas, incluídos os documentos em anexo, e é baseado na Lei de Reforma Partidária. Alguns membros do PDT afirmavam ontem que a tentativa de impugnação pretendida pelo PTB é uma cópia da que o PDT requereu contra o próprio PTB. Mas, afirmou Lyáneas Maciel, "nosso partido não tomou conhecimento desta pretensão". O presidente do partido, Leonel Brizola, está no Rio Grande do Norte e deve voltar hoje ainda.

BRASILIA — O líder do PDS em exercício, deputado Hugo Mardini, afirmou ontem que o Governo vai enviar ao Congresso, juntamente com outros projetos de mudança na Lei Eleitoral, um projeto-de-Lei Complementar que assegure a elegibilidade dos cassados e punidos por atos revolucionários.

Segundo Mardini, o Governo não submeterá ao Congresso Projeto-de-Lei fixando em 15 de novembro as eleições de 82, embora assim houvesse decidido o Conselho de Desenvolvimento Político, ainda, no tempo do general Golbery do Couto e Silva na Casa Civil, confirma-se, assim, no seu entender, a intenção do Governo em realizar a eleição de 82 em dois turnos.

O vice-líder, no exercício da liderança

em decorrência da enfermidade do líder Cantídio Sampaio, disse que até o início da próxima semana serão enviados ao Congresso os projetos que estendam a suspensão ao pleito de governador e que reduz o prazo de domicílio eleitoral para um ano. O Projeto-de-Lei complementar que trata das inelegibilidades, segundo Mardini, já está pronto, restando definir como ele será negociado com a Oposição.

Hugo Mardini revelou ter estado com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, pela manhã, o qual está ultimando a exposição-de-motivos do Projeto-de-Lei Complementar, que revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 5, a qual considera inelegíveis — até que uma lei regulamente a devolução de seus direitos políticos — todos os políticos cassados ou punidos pela Constituição com a perda dos direitos políticos. O ministro da Justiça pretende conversar sobre o assunto com os líderes do PDS antes de procurar negociar a matéria junto à Oposição.

Áreas de segurança poderão ter prefeitos eleitos

BRASILIA — O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, admitiu ontem que a questão da reversão dos municípios hoje considerados áreas de Segurança Nacional à sua condição de normalidade, portanto sujeito à realização de eleições no próximo ano, poderá ser incluída no "pacote" sobre a reforma eleitoral, a ser discutido com as lideranças oposicionistas.

O problema dos municípios hoje considerados áreas de Segurança Nacional, já foi anteriormente estudado pelo Conselho de Segurança Nacional e há meses os políticos capitam a decisão do Presidente Figueiredo a respeito. A impressão agora é de que o tema será tratado também pelo aspecto político, considerando-se para a decisão as perspectivas eleitorais dos partidos de Oposição ou do Governo, já que são mais de cem municípios incluídos nesse caso e representa no conjunto a possibilidade de aumento das bancadas partidárias.

O ministro da Justiça está estudando no momento uma consulta do Conselho de Segurança Nacional sobre a fórmula apropriada para o Presidente Figueiredo encaminhar a solução do problema, se através de Decreto-Lei ou Projeto-de-Lei a ser enviado ao Congresso. Nesse segundo caso, a negociação com os partidos oposicionistas será mais ampla.

PMDB contra modificações no Colégio Eleitoral

BRASILIA — A proposta de Emenda Constitucional alterando a composição do Colégio Eleitoral destinado a eleger o Presidente e vice-Presidente da República, incluindo um delegado de cada Câmara de Vereadores, além dos senadores, deputados federais e representantes das Assembleias Legislativas, não terá o apoio do PMDB. A informação foi dada ontem, pelo líder do partido na Câmara, deputado Odacir Klein (RS).

A iniciativa é do deputado Henrique Brito (PDS-BA), um dos autores da Emenda

que prorrogou os mandatos dos prefeitos e vereadores. Até amanhã, poderão ser apresentadas emendas à proposta do representante da Bahia na Comissão Mista do Congresso. O PMDB fixará sua posição, deixando de participar da votação. Segundo Odacir Klein, o PMDB não pode votar a favor, pois estaria contrariando norma programática pelas eleições diretas em todos os níveis. Nem pode votar contra, pois estaria concordando com a atual composição do Colégio Eleitoral.

LADO DE LÁ Quebra-Quebra

Durante quinze dias de verão quente os jovens e os desempregados da Inglaterra promoveram quebra-quebra em quase todas as grandes cidades do País e enfrentaram a polícia em verdadeiras batalhas campais. Essa foi a forma primária e brutal que encontraram para protestar contra a política econômica da senhora Margaret Thatcher, política parecida com a do dr. Delfim Netto, tanto na formulação como nos resultados — gerou os mais altos índices de desemprego que a Inglaterra conheceu desde a crise de 1929. No entanto, apesar da violência dos choques, não apareceu um porta-voz de Downing Street para anunciar à imprensa ser preferível a injustiça à desordem. Muito menos alguém que condicionasse a realização de eleições ao restabelecimento da calma ou que ameaçasse os ingleses com um golpe militar da extrema-direita. Ao contrário, é bem possível que os desastrosos resultados da política econômica apressem a queda do governo Thatcher e, portanto, antecipem as eleições parlamentares. Os ingleses sabem, tão bem como nós, que a superação das crises passa pelo mais amplo consenso nacional possível, consenso que só pode ser avaliado pelo método democrático do voto.

Nos Estados Unidos, as populações negras dos ghettos de Los Angeles, Nova York e Boston têm frequentemente recorrido a quebra-quebra como forma de protesto contra a discriminação racial e econômica a que são submetidos. Nem mesmo o general Haig seria capaz de subordinar a estabilidade da democracia americana a tais episódios.

PRETEXTOS

Por que razão invoco esses exemplos em uma coluna escrita em vésperas de viagem? Simplesmente para demonstrar como agem as democracias diante de emergências dolorosas e comparar os seus métodos com os que estão sendo recomendados por autoridades brasileiras.

As declarações do senhor Leão de Abreu a líderes do PDS, embora posteriormente corrigidas pelo sr. Carlos Viacava, são ameaçadoras. Teria novo coordenador político de regime afirmado que explosões de revolta popular, como as ocorridas a propósito do aumento das passagens de ônibus em Salvador, colocavam em risco a continuidade da redemocratização e a realização das eleições. Por mais atenuadas que tenham sido pelo porta-voz da Presidência, essas palavras são a primeira limitação oficial que alguém coloca ao compromisso assumido pelo general João Batista Fi-

gueiredo com os segmentos civis e militares da sociedade brasileira no sentido de devolver à Nação o regime democrático.

Caso essa condicionante fosse imposta ao Presidente Figueiredo, estaria ele e nós à mercê dos fabricantes de pretextos. Os que não conseguiram restabelecer a ditadura com um massacre no Riocentro poderão, com mais facilidade, provocar distúrbios. Basta jogar a primeira pedra em ônibus ou em um trem de subúrbio, quebrar uma janela de supermercado em um bairro atingido pelo desemprego em massa. O estado de irritação e de desespero das populações das grandes cidades é tal que qualquer fogo de palha pode virar incêndio generalizado. Quem sabe até conseguiriam a ditadura com a qual sonham, meramente colocando uma bomba no pedestal do monumento a JK, que alguns psicopatas do anticomunismo confundiram com a foice e o martelo?

A SAÍDA DEMOCRÁTICA

A política econômica dos srs. Delfim Netto e Carlos Langeni é de tal forma custosa do ponto de vista social que uma explosão de violência pode ocorrer, espontaneamente, em qualquer lugar do País. Só que os golpistas não irão reconhecer a sua espontaneidade. Muito menos atribuirão a culpa a quem a tem, ou seja, aos governantes. Na Bahia não acusaram quem promoveu o aumento, mas sim a "provocadores de esquerda".

Há hoje uma ampla frente nacional pela democracia, que vai desde parcelas importantes das Forças Armadas até os trabalhadores do campo e da cidade, passando pelas principais lideranças empresariais. Todos nós reconhecemos que começamos a encontrar as saídas para a crise somente após assegurarmos a estabilidade das instituições democráticas. No entanto, os fascistas, os ditatoriais, os que gostam de prender e torturar e os que ganham dinheiro com as prisões e as torturas são ainda muito influentes. É preciso que se mantenha sobre eles um sistema de vigilância cívica capaz de impedir que, com o argumento da ordem, mantenham para sempre a desordem estabelecida.

MÁRCIO MOREIRA ALVES



Data do Sorteio: 29 de Agosto

Títulos Sorteados	5	3	3	7	2	
	0	5	3	0	8	
	8	1	8	0	0	
	2	0	6	1	8	

Total dos Prêmios: Cr\$ 5.100.000.

Governo vai mesmo dividir as eleições

(Ackel confirma: novos Estados não exigirão domicílio)

Saturnino pensa na reforma da Justiça

O senador Roberto Saturnino Braga (PMDB-RJ) divulgou ontem documento, elaborado por sua assessoria, no qual propõe profunda reforma dos sistemas de Justiça e Segurança do Estado do Rio. Segundo ele, é um trabalho ousado e polêmico, elaborado por advogados, promotores e pessoas ligadas a esta área e que tem por objetivo provocar o processo de debate sobre os temas que engloba. O senador pretende remeter seu trabalho a diversas associações de bairro, OAB, e demais bases do partido para que seja exaustivamente debatido. Proximamente, serão divulgados temas relacionados a temas econômicos, sociais, da administração e funcionalismo, tendo Roberto Saturnino chegado a afirmar que "falava como governador".

O senador Saturnino Braga dividiu assim seu trabalho sobre Justiça e Segurança. Primeiramente explicou que pretende dar novas funções à Secretaria de Justiça "pois ela é importante demais para ficar apenas como administradora de presídios". Defendeu que o secretário de Justiça deva ser o que é o ministro da Justiça no plano federal: coordenador da política legislativa. E também um coordenador de todos os órgãos estaduais ligados à administração da Justiça com a criação de um Conselho de Justiça (que teria participação de representantes da OAB, Instituto de Advogados, entre outros). O secretário de Justiça seria assim, um elemento de ligação com a classe dos advogados. Em seguida Saturnino Braga abordou a questão do Ministério Público que, para ele, deve ter autonomia e definição de suas funções para agir contra "o abuso de poder em todas as suas formas". O senador considera que "o Ministério Público ocupa uma posição de singular importância na construção da democracia".

Outro tema ainda abordado no documento, é a questão da defensoria pública. Entende o senador peemedebista que "é preciso ampliar os serviços de advocacia dos pobres para atender melhor às suas necessidades". Propôs, assim, que a Defensoria Pública disponha de instalações adequadas e abra escritórios junto às comunidades necessitadas. Anunciou a instalação de um Defensor Público itinerante para assistência ao trabalhador rural que irá a diversos locais resolver conflitos de terra.

Falando sobre o Sistema Penitenciário, o senador fluminense enumerou três pontos:

— O trabalho e o estudo obrigatório do preso deve ser ampliado mas com remuneração realística ao contrário do que é feito hoje em dia. "Não queremos que a sociedade explore o preso — disse. A administração pública é grande consumidora de bens que podem ser fornecidos pelas próprias como móveis, papéis e impressos diversos, gráfica, botas e fardamento das polícias".

— A prisão albergue é, segundo o documento, uma instituição que deve ser aprimorada de maneira criteriosa para que seja um instrumento de benefício ao preso e não de perigo à sociedade.

BRASILIA — O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, confirmou ontem, após despachar com o presidente da República e com o chefe do Gabinete Civil, que o Governo propôs a realização das eleições de 1982 em duas etapas, separando as municipais (prefeitos e vereadores) das estaduais (governadores, senadores, deputados federais e estaduais). Acrescentou ainda que não foram definidas as datas de realização e que esta será a única "novidade" em relação às reformas eleitorais a serem propostas pelo Governo.

Abi-Ackel anunciou que amanhã, se reunirá com o presidente do PDS, José Sarney, e com as lideranças do Governo na Câmara e Senado para encaminhar a tramitação das reformas, que deverão se limitar, além das eleições em duas etapas, à sublegenda para governadores, prefeitos e senadores, em número ainda não definido; redução de dois para um ano da exigência de domicílio eleitoral para candidatos, eliminando totalmente a exigência no caso de novos Estados; a alteração na Lei das Inelegibilidades, eliminando restrições à candidatura dos atingidos por atos institucionais no passado, embora mantendo a inelegibilidade para os indiciados na Legislação Penal.

Após essa reunião, Abi-Ackel disse que pretende conversar isoladamente com os pre-

sidentes de todos os partidos de Oposição a respeito do mesmo assunto, o que praticamente elimina a possibilidade de envio das reformas ao Congresso até o dia 4 de setembro, sexta-feira, como se anunciou.

"É uma opção que não podemos descartar, embora saibamos que não há fórmula perfeita e incontestável", afirmou ontem o presidente do PDS, senador José Sarney, à proposta da possibilidade de realização das próximas eleições em dois turnos.

O assunto vem despertando o maior interesse no Congresso, porque os políticos temem que haja muitos votos nulos, caso o eleitor tenha de se definir simultaneamente, numa só vez, por candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito, deputados estadual e federal, senador, governador e vice-governador, num quadro de pluripartidarismo e com a possível utilização de sublegenda.

No Norte e Nordeste, onde é muito grande a influência do poder econômico na condução dos pleitos, os deputados e senadores estão temerosos de terem de duplicar os gastos já elevados de suas campanhas.

"Porque não fazer as eleições em 48 horas como já ocorre na Espanha, durante dois dias seguidos? Teríamos a separação de um pleito muito mais complexo que o de 1978 pela participação de três vezes mais partidos e a concentração de gastos,

Pleito em dois dias divide os políticos

BRASILIA — A ideia das eleições em dois turnos — com espaço de 24 horas ou 30 dias para evitar a coincidência — só não foi formalizada em maio pelo deputado José Costa (PMDB-AL), por intervenção do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. O dirigente oposicionista pediu que o representante alagoano não apresentasse, sob a alegação de que a medida poderia desestimular o eleitor, além de encarecer a campanha eleitoral.

O deputado José Costa chegou a sugerir o exame de duas teses pela direção nacional do PMDB. A primeira hipótese seria a de realizar o pleito em dois dias — no primeiro, eleições municipais e, no segundo, eleições estaduais. A outra sugestão seria a de realizar eleições majoritárias num dia — governador, senador e prefeito — e, dentro de 30 dias as proporcionais — deputado federal, deputado estadual e vereador. As duas propostas foram recusadas pela direção nacional do PMDB.

O vice-líder do PDS, deputado Carlos Chiarelli (RS), entretanto, confirmou que amanhã vai sugerir ao ministro da Justiça a eleição em dois dias. Esta tese tem o apoio de alguns deputados das oposições, entre os quais Roberto Freire (PE). O líder em exercício do PDS, Hugo Mardini (RS), contudo, informou ontem que "tem muita gente contra eleições em dois turnos". Ele prefere o pleito num único dia. Já o deputado Stöessel Dourado (PDS-BA) de-

fendeu a realização num único dia, com mais seções eleitorais e menos eleitores por urna. Esta é também a posição das oposições, convalidada em projeto já formalizado. As eleições municipais e regionais seriam diferenciadas pela cédula na cor e no formato.

O presidente de honra do PP, Magalhães Pinto, e o vice-líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga (MG), acham que haveria risco aos candidatos a deputados, se realizadas as eleições com 30, 60 ou 90 dias após a escolha de prefeitos e vereadores. Uma vez eleitos, os prefeitos e vereadores poderiam não se interessar pela sorte dos candidatos às Assembleias e ao Congresso, lembrou o deputado Pimenta da Veiga. Além disso haveria dupla despesa e dupla campanha.

Mas o deputado Chiarelli acha que, com a realização das eleições em dois dias, aquelas dificuldades desapareceriam. Não haveria dupla campanha, nem dupla despesa, nem dupla apuração.

O deputado Rubem Dourado (PP-RJ) revelou outro recelo: realizado o pleito de governador, prefeito e vereador, haveria o risco de adiamento das eleições de deputados e senadores. Para Roberto Freire (PMDB-PE), o maior perigo seriam as pressões políticas entre um pleito e outro, se distanciados por 30 ou 60 dias.

Senador está só na acusação à Igreja

RECIFE — O presidente do Senado, Jarbas Passarinho (PDS), disse ontem, na capital pernambucana, que suas acusações contra a atuação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Pará, envolvidas em conflitos de terras, é uma posição pessoal e não do Governo. "É uma prestação de serviço à liberdade — explicou — pois não sou tolo para permitir que se arme o braço da direita no Brasil, na medida em que fatos concretos e indeneáveis favorecem sua ação".

Jarbas Passarinho, que veio de Brasília num jatinho do Bonco Central só para participar da inauguração de uma agência no Recife do Banco Sul Brasileiro, disse que nas suas acusações contra as CEBS estava fazendo uma advertência e que, "inspirado na independência do Brasil, que começa a se comemorar esta semana", desceria da sua cadeira de presidente do Senado para fazer um discurso sobre o assunto com toda documentação na mão".

O senador paraense observou que nunca acusou "a Igreja como Igreja. Mas sim uma ala, e nem toda a ala progressista. Mas aquela que se declara partidária do socialismo". Jarbas Passarinho disse que viu de perto a

atuação das Comunidades Eclesiais de Base na viagem recente que fez ao Pará. E lá constatou a invasão do campus da Universidade de Belém por posseiros, "manipulados por um grupo da UNE, pelas CEBS e por um padre estrangeiro, colombiano ou peruano".

"Também no interior do Estado — prosseguiu o parlamentar pedessista — nos municípios de Marabá, Tucuruí e Concelção do Araguaia, recebi queixas contra atuação das CEBS. O perigo de manipulação política das Comunidades de Base já foi denunciado em Fortaleza e até pelo Papa João Paulo II, quando esteve no Brasil no ano passado."

O que lhe preocupa também, segundo afirmou, "é o que disse um bispo ao indagar se as invasões são justas ou injustas. A partir daí já temos um conflito em potencial".

Jarbas Passarinho espera que a Igreja como um todo não reaja às suas acusações contra as CEBS, mas recela que isto vá acontecer. "Quando se trata de atingir uma parcela de uma corporação monolítica como a Igreja ela se acha atingida como um todo e por isso ela reagirá. Esta é a razão pela qual muitos políticos não se metem com a Igreja".

Presidente do PDS não vê ameaça

BRASILIA — Enquanto o presidente do PDS, senador José Sarney, procurava destacar aspectos favoráveis no documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura" o líder do Governo em exercício na Câmara, deputado Hugo Mardini, condenava a ação política da Igreja Católica e subscovia críticas que lhe foram feitas pelo presidente do Senado, Jarbas Passarinho.

O dirigente máximo do partido oficial tentou mostrar que o presidente do Senado "trabou de assuntos específicos de sua área, que talvez nem seja do conhecimento da hierarquia da Igreja".

Quanto ao documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disse ainda Sarney:

"Trata-se de pronunciamento de extrema sensatez, quando procura repelir seu envolvimento político partidário. A CNEB acaba com a

exploração de que a Igreja vinha sendo alvo por parte de alguns partidos e de algumas políticas. E nem poderia ser outra sua postura, porque sendo a maioria da população brasileira católica, a Igreja não terá como discriminar os partidos em que ela se divide, comandando uns a perdição e reservando a salvação só para outros."

Ele achou também uma maneira de minimizar as críticas da CNEB à concentração de riqueza do modelo econômico-financeiro:

"Trata-se de discussão que vem de muito tempo a que versa sobre a concentração de riquezas da sociedade industrial, exacerbada depois da II Guerra Mundial. O próprio programa do PDS fala na distribuição de riqueza, mas nem o PDS nem a Igreja dispõem de fórmula milagrosa no sentido de efetivá-la."

Militares estão discretos

BRASILIA — O documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil intitulado "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", que prega a livre participação do povo nas eleições, repercutiu discretamente na área do Exército onde ainda, segundo fontes militares está sendo examinado.

Segundo um comentário, "as comunidades eclesiais de base já vêm fazendo política há muito tempo, agindo de forma diferente do objetivo para o qual foram criadas".

O envolvimento de elementos da denominada "ala progressista" da Igreja em questões políticas é considerado pelos militares "um assunto muito delicado", razão pela qual é comentado com reserva. No ano passado, o comandante militar da Amazônia, general-de-divisão Leônidas Pires Gonçalves, denunciou a ação desta "ala progressista" na Amazônia e chegou a defender a tese de nacionalização do clero, a exemplo do que existe na Colômbia, mas o assunto acabou esquecido.

TRIBUNA DA IMPRENSA

Diretor-Redator-Chefe — Helió Fernandes
Redação: Editor-Responsável — Helió Fernandes Filho
Chefe de Redação — Paulo Branco
Diretora-Administrativa — Nice Garcia Brandt
Redação, Administração e Oficina
Rua do Lavradio, 98
Telefone: 252-6040 — Telex n.º (021) 22753 — TIM BR

VENDA AVULSA

RJ	Cr\$ 25,00
MG	Cr\$ 30,00
Demais Estados	Cr\$ 35,00

ASSINATURAS

Via Terrestre	
Semestral	
RJ	Cr\$ 5.000,00
Demais Estados	Cr\$ 6.000,00

Via Aérea

Semestral	Cr\$ 8.000,00
Exemplares Atrasados	Cr\$ 35,00

Das 9 às 18 horas
Sucursal de Brasília: Super-Center Venâncio 2.605
Bloco B — N.º 60 — Sala 205 — SS — Brasília-DF
Tels.: (061) 224-3876 (061) 223-5268
Sucursal de Belo Horizonte: Av. Afonso Pena, 774
Sala 605 — Telefone 228-9732

Oposições defendem a Igreja de Passarinho

(Ninguém aceita agora a crucificação dos padres progressistas)

A advertência feita pelo presidente do Senado, Jarbas Passarinho, de que a chamada Igreja progressista é o maior problema a ser enfrentado pelo PDS, foi duramente criticada ontem, aqui no Rio, pelo senador Teotônio Vilella (PMDB-AL), para quem "a função da Igreja não é proteger aqueles que já estão superprotegidos, inclusive pelas armas, mas, sim os desprotegidos".



Teotônio Vilella reage contra Passarinho e neo-anticlericalismo

Teotônio discordou também da forma como Passarinho analisou os partidos, excluindo apenas o PMDB abriga todas as tendências políticas, "por que é preciso juntar todas as forças brasileiras contra o arbítrio".

"O que deve causar maior preocupação ao PDS não é a Igreja e nem a Oposição. Creio que está mal situada a questão. O que faz mal ao PDS é a inflação, a corrupção, o custo de vida, a dívida externa, a ilegitimidade do Poder, a falta de condições para conduzir a administração

pública, enfim, uma série de pontos já assinalados pelo povo brasileiro e pelos políticos e que não são considerados pelo partido oficial do Governo" — afirmou.

Para o vice-presidente do PMDB, a vacância do direito constitucional e o total abandono às estruturas das instituições democráticas é que devem merecer a preocupação do PDS. "Tudo isso, na verdade, é que arruína o partido do Governo, protegido pelo Poder militar, e não a Igreja, uma instituição mul-

tiseular que vem servindo ao Brasil desde o tempo da sua descoberta e que continua na defesa dos pobres, dos humildes e dos desajustados".

Já a função da Oposição, segundo Teotônio Vilella, é exatamente a de denunciar os erros do Governo e não de colaborar com ele. Entende o senador que se a Oposição tiver oportunidade, amanhã, de exercer o poder, terá seus planos e seus projetos previamente estruturados.

"O Governo, no entanto, reconhecendo a sua falência, hoje, apela para a Oposição,

como se a Oposição fosse um de seus departamentos auxiliares" — enfatizou, acrescentando que "já está na hora de os homens do Poder reconhecerem a necessidade das eleições como o único caminho para a verdadeira abertura política. Só assim poderão ser abetidas condições para alternância de Poder, a fim de que possamos sair dessa terrível enrascada em que nos encontramos".

Sobre as acusações de Jarbas Passarinho de que participam do PMDB ex-integrantes de grupos do PCB e do MR-8, o senador disse que já era tempo do presidente do Senado saber que as portas do partido estão abertas a todas as tendências políticas existentes no seio da sociedade brasileira, não recusando abrigo a ninguém. Para ele, desde que seja brasileiro, desde que tenha documentos, e possua espírito de brasilidade, a ideologia política que venha a expor um determinado elemento não é assunto para ser questionado pelo partido.

"Nós aceitamos plenamente qualquer uma ideologia no seio do nosso partido, mesmo porque a hora é uma hora de resistência democrática, e precisamos juntar todas as forças brasileiras contra a situação do Poder dominado, ou seja, contra o arbítrio".

Carlos Chagas

Duas visões do mesmo problema

BRASILIA — O Governo parece mesmo disposto a enfrentar as urnas de ano que vem, importante momento em que se encimará por ele estabelecido — a subjugação do governador — entre os senhores, por iniciativa da maioria parlamentar. No futuro, o é o ministro da Justiça quem reconhecerá, quaisquer alterações ou aprimoramentos necessários às regras de jogo possam ser. Diante de eleições livres e diretas, onde a sociedade poderá exprimir suas vontades e anseios, vencerá quem trabalhar mais e melhor. Conquistar maiores bancadas no futuro Congresso e nas Assembleias, bem como número maior de governadores, prefeitos e vereadores, estará na linha direta da conquista do eleitorado.

Todas as esforços do Palácio do Planalto se farão para ajudar o PDS e seus candidatos. Não hesitando o Presidente da República em se lançar na campanha e até em adotar aquela série de medidas competitivas com os tempos de sacrifício econômico, mas capazes de dar algum alento às suas bases partidárias. Será preciso, em contrapartida, que o PDS também se lance na disputa, trocando os gabinetes de Brasília pelos comícios, praças públicas e inclusive, "o cheiro agudo de suor do eleitorado rural". Admita-se certos estímulos no plano social, daí até no âmbito do próximo ano, ainda que estejam abandonadas iniciativas de vulto no setor. Senão o subsídio para alimentos à população de baixa renda, abandonado, ou o 13.º salário para o funcionalismo público, ao menos a abertura de novas frentes de trabalho, em especial no Nordeste, bem como medidas destinadas a não deixar aumentar a carga tributária sobre as populações de baixa renda. O café não é grande, reconheçam, os próprios artifícios de estratégia oficial, mas bem utilizados bastará para que o Governo agite continuamente o eleitorado no Legislativo, elegendo número razoável de governadores de Estado, com a natural consequência de dominar as respectivas Assembleias Legislativas.

Nem o Presidente nem qualquer de seus auxiliares reconhecerá de público, até a abertura das urnas, mas é evidente que ninguém no Executivo, espera que o PDS venha a manter a metade mais um dos membros da futura Câmara dos Deputados. Mais de 211 cadeiras surgem como meta inviável, mas porque não, 100 ou 150? Nesse caso, o partido governista continuaria como o maior de todos, abrindo-se a hipótese de composições com outras forças partidárias. No Senado, será possível a preservação da maioria absoluta, para o que concorrerá diretamente a criação do Estado de Rondônia, com três novos senadores da situação.

Estaria, dessa forma, armada a equação para a permanência do sistema no Poder, a partir das eleições presidenciais indiretas

de 1984, mesmo que um candidato pedemista com trânsito parlamentar precisasse se apresentar em chapa conjunta com um candidato do PP ou de outra agremiação. A vice-presidência, o "camamento" exigiria um dote certamente a oferta de alguns Ministérios para os "populares" já a partir de 1983, mas não era esse o esquema armado pelo falecido ministro Petrônio Portella, quando impôs os antigos partidos?

Dessa forma, não é de "ministros", muito menos de crises, o clima no Palácio Central, ainda que vale repetir o que Ibrahim Abi-Akel tem repetido, entre tantos raciocínios que não torna público: "glicose se vende com trabalho".

Outra não é a postura do novo chefe do Gabinete Civil, Leônidas de Abreu. Ele trouxe para o Governo uma visão jurídica de respeito à Lei, onde tudo de legal e de legítimo se fará em favor dos candidatos do Governo, mas, afinal, mente, alguma coisa capaz de salvar esses valores em seu entendimento, não existem inimigos e não se aqueles grupos radicais existentes em todos os quadrantes.

De acontecimentos inusitados, nem o ministro da Justiça nem o chefe do Gabinete Civil cuidam, ainda que não possam de vista possibilidades e ameaças. Não raciocinam sobre hipóteses como, por exemplo, sobre o que aconteceria caso se verificassem no País inteiro convulsões e badernas do tipo das acontecidas em Salvador. É óbvio que alguma coisa aconteceria, até o caso de tumultuar o processo de abertura, mas do que menos interessa é falar sobre elas. Também seriam prejudiciais as eleições se o Oceano Atlântico invadisse a costa brasileira e chegasse às fronteiras de Minas Gerais...

Por último, a afusão se apresentando o quadro conforme a ótica palaciana, civis não existem sobre o macho apelo das Forças Armadas ao Presidente João Figueiredo para o desenvolvimento de seu projeto de abertura. A uma só vez nas últimas semanas, é o que tem afirmado os principais chefes do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A OUTRA ÓTICA

Mas... mas como em tudo na vida, também o quadro político-institucional apresenta mais de uma ótica. Os principais líderes de Oposição estão convencidos de que, com eleições livres e diretas, o PDS sofrerá uma das maiores derrotas da história do situacionismo nacional. Segue-se manterá como o maior partido, admitida como certa a perda de sua maioria absoluta. E não apenas na Câmara, como no Senado. Não constituiriam mero exercício de festim eleitoral as previsões do senador Tancredo Neves, sobre dispor as oposições de condições para eleger 18 governadores, ou seja, também mais 18 senadores, como 18 maiores bancadas federais e estaduais. Sabe o presidente do PP que se isso acontecer, estará de resultados como esses, seria inviável e impossível aos "populares" dar o dito pelo não dito, ou o votado pelo não votado, e compor-se com o Governo. Muito mais fácil e natural seria a composição entre o PP, o PMDB, o PDT e até o PT, considerando-se que o PT talvez nem chegue lá. Em outras palavras, aos adversários do Governo se abria a hipótese de fazer o sucessor do general João Figueiredo, em 1984.

Ulysses também nega Igreja partidária

SÃO PAULO — O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, contestou ontem denúncia feita pelo senador Jarbas Passarinho em torno da atuação da Igreja no campo, dizendo que, percorrendo permanentemente o País e em contato com figuras do Clero, em nenhuma oportunidade chegou a observar qualquer atuação subversiva ou de perturbação da ordem por parte de representantes da Igreja.

Dando seu testemunho pessoal, o presidente nacional do PMDB disse ser evidente que a Igreja esteja atuando a favor dos pobres e condenando as injustiças sociais. Reconheceu também que a Igreja tem interesse pela política do Brasil, exatamente porque "ela se interessa pelos brasileiros", mas, segundo disse, o Clero não desenvolve uma atuação partidária.

O presidente nacional do PMDB fez essas declarações na tarde de ontem na Assembleia Legislativa, onde compareceu a fim de discutir com a bancada estadual de seu partido os principais pontos do projeto de Reforma Eleitoral que o Governo está elaborando.

Na ocasião, Ulysses condenou proposta que visa a implantar o chamado "distrito", afirmando que essa iniciativa visa a "acabar com os partidos políticos". Se a medida se concretizar, disse que nas próximas eleições a palavra de ordem será salve-se quem puder e quem tiver mais dinheiro". Ulysses comentou que o "distrito" desprestigia e desmoraliza os partidos políticos, acrescentando que sua eventual instituição será a abertura do caminho para a ditadura.

No contato que manteve com os deputados estaduais, o presidente nacional do PMDB disse também ser contrário à tese de que as próximas eleições devam ser realizadas em datas diferentes, uma distante da outra. Ele comentou que, por ocasião da apresentação do projeto que estabeleceu a simultaneidade de mandatos, as oposições, principalmente o PMDB, se manifestou contrário à iniciativa e alertara o Governo sobre os obstáculos que a eleição teria para escolher de uma só vez candidatos a todos os postos eletivos, excluindo o de presidente da República. E observou: "O Governo faz as coisas erradas e depois fica como sapateiro remendão".

Ulysses explicou que o ideal seria a realização das eleições para a escolha de vereadores, vice-prefeito e prefeitos no dia quinze de novembro do próximo ano e a convocação do eleitorado para o preenchimento de cargos majoritários no dia 16 do mesmo mês, que será feriado. Se esta proposta chegar a ser formalizada pelo Governo, não obstante sua opinião pessoal, ainda assim reunirá o partido para discuti-la.

O presidente nacional do PMDB voltou a dizer que o problema do ingresso do ex-presidente Jânio Quadros em seu partido é um assunto que deve ser examinado pelo interessado com os membros do comando estadual pedemista em São Paulo. Disse ser necessário, primeiro, saber se Quadros quer filiar-se ao PMDB, se quer ser candidato e a que posto, bem como indicar o número de políticos que poderiam acompanhá-lo nessa opção partidária. Raciocinando sobre hipóteses, observou, não conduz a nada.

SEUS TALÕES VALEM MILHÕES

11 DE SETEMBRO.
ÚLTIMO DIA
DE TROCA
DE NOTINHAS
POR
CERTIFICADOS.

PROCURE LOGO OS POSTOS DE TROCA. NÃO DEIXE PARA O ÚLTIMO DIA.



GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE FAZENDA

Fábricas de carros sabotam Proálcool

(Não cumprem protocolo assinado com o Governo)

SÃO PAULO — A campanha de relançamento do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que está sendo articulada por empresários ligados a entidades como a Aníavea, a Fiesp e a Copersucar, em conjunto com o Governo, para recuperar a credibilidade desse programa junto ao público, "vem em boa hora". A opinião é do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, e um dos sócios da Usina Bodoquena, que, se aprovada pelo Governo, irá produzir cerca de 800 mil litros diários de álcool na região do pantanal mato-grossense.



Antônio Ermírio: é fácil corrigir

Para ele, as dúvidas sobre a continuidade do Proálcool nos níveis atuais, não tem razão de ser, pois os dois principais problemas que se atribuem a esse programa "na verdade não existem".

O primeiro deles, segundo Ermírio de Moraes, seria sobre a viabilidade de se atingir a meta de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985. "Mas é plenamente factível, pois, para se atingir essa produção, teríamos de plantar cana em 0,5 por cento do território nacional, o que é fácil".

Mau desempenho

Ermírio reconheceu que o mau desempenho dos automóveis movidos a álcool foi uma das causas que levaram a opinião pública a deixar de acreditar no Proálcool — e atribuiu isso a "uma espécie de relaxamento por parte da indústria automobilística, causado, talvez, pela falta de incentivos". Ele diz que esse "é um problema fácil de corrigir", e se mostra muito mais interessado na possibilidade de se aproveitar a produção de álcool na álcoolquímica, "onde existe um vasto leque de oportunidades, como, por exemplo, na produção de PVC, onde se utilizaria, além do álcool, o cloro, que hoje é jogado fora por algumas indústrias".

Assim — diz ele — o Proálcool não se restringe apenas a ser um fornecedor de combustível para automóveis, ele tem possibilidades muito maiores e acredito mesmo que sua meta final deveria ser o fortalecimento da álcoolquímica.

Falta coordenação

No entanto, ele acredita que qualquer campanha no sentido de recuperar a credibilidade do Proálcool deve começar entre os próprios membros do Governo, "que têm de se pronunciar com mais firmeza sobre o assunto". É mais: "o que é da área do Ministério da Indústria e Comércio não deve ir para a área das Minas e Energia, e assim por diante. É lamentável a falta de coordenação que existe hoje entre os diversos órgãos do Governo".

Essa opinião, aliás, também, é compartilhada pelos empresários empenhados em relançar o Proálcool. Para resolver este e outros problemas está marcado, para a próxima quarta-feira, em Brasília, um encontro no Ministério da Indústria e do Comércio, onde as entidades que participam do projeto e os técnicos do Governo vão definir os detalhes dessa campanha de reativação do Proálcool.

Caminhões e tratores

Entretanto, dois integrantes da Comissão Nacional de Energia, o empresário Lamartine Navarro Jr. e o professor Eduardo Celestino Rodrigues, já estão marcando várias reuniões com as montadoras visando im-

plementar, a curto prazo, um programa de substituição de combustível para caminhões e tratores.

Lamartine sustenta que o Proálcool não foi elaborado para produzir álcool e abastecer apenas automóveis; é um programa que visa, principalmente, conter as importações de petróleo. Por isso, é preciso criar condições para que o álcool seja utilizado em caminhões e tratores — inclusive porque, avisa Lamartine Navarro, o espaço para o carro de passeio continuará sendo reduzido.

Mesmo que a meta de produzir 1985 não seja alcançada, o empresário acredita que não faltará o combustível, porque, "em 1985, a produção deverá estar em 8,7 bilhões de litros de álcool". O atraso de 2 bilhões de litros foi decorrência de dois fatores: da geada, que prejudicou em 50 por cento os canaviais e "em função de atraso nas fundações das lavouras de cana, fruto de atitudes de governos estaduais e Secretarias de Agricultura, que estão exercendo controle nas localizações das destilarias, deslocando-as para regiões pioneiras, onde é mais difícil a lavoura", afirma Lamartine Navarro Jr. — numa clara crítica à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que criou o zoneamento agrícola, destinando áreas no Estado para implantação de destilarias.

Fábricas de automóveis

Segundo ele, toda a polêmica em torno do álcool deve-se muito à indústria automobilística, que quer mostrar que "o problema é de consumo, quando na verdade é de produção. O álcool não é para ser usado em automóveis especificamente, mas em tratores e caminhões, para que realmente cada litro de álcool represente diminuição de petróleo". Mas por que isso não está ocorrendo? Para Lamartine, é porque a indústria automobilística não está cumprindo um protocolo assinado com a Comissão Nacional de Energia, que determinou prioridade na produção de tratores e caminhões a álcool. Ele mostra que não é inviável a substituição:

— A Usina Santa Elisa, por exemplo, tem uma frota de 150 caminhões Dodge funcionando há algum tempo, movidos a álcool, e o desempenho está sendo plenamente satisfatório para o transporte de cana: com uma média de 1,88 quilômetro por litro, quando a média no mesmo veículo a gasolina foi de 2,2 quilômetros por litro. Verifica-se, portanto, que ainda existe, alguns aprimoramentos a serem feitos nos motores, já que o álcool é melhor combustível que a gasolina. Aliás, conforme estudos já desenvolvidos pela própria Volkswagen, os motores projetados especificamente para álcool, devem dar consumo volumétrico mais eficiente que a gasolina.

Bom negócio

Para mostrar que o Proálcool é irreversível e o "programa mais importante na área energética do País", Lamartine Navarro enfatiza que não existe falta de projetos, "porque o empresário hoje acredita mas no seu bom senso do que nas incoerências governamentais, com desencontradas informações". E apesar do financiamento do Proálcool ter sido alterado, continua sendo atrativo: "Hoje em dia, financiamento para pagar em 12 anos, com 4 de carência e 55 por cento de juros ao ano é ruim, quando se paga em qualquer banco, 7 por cento de taxa ao mês".

O professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Ernesto Lomardo, especialista em energia, concorda com Lamartine Navarro de que para o empresário o Proálcool é um bom negócio, "pois a produção e os preços são garantidos pelo Governo e o retorno do investimento, por exemplo, para o empresário em São Paulo, está em 8 anos".

Metas fracassam

As metas realmente não serão cumpridas em 1985, concorda Lomardo, mas por outros motivos. Na verdade, afirma o professor, até dezembro de 1980, foram aprovados junto ao Cenal 340 projetos de destilarias, perfazendo, portanto, "um comprometimento para 1985 de somente 6,8 bilhões de litros". Contudo, Lomardo acredita que nem essa produção haverá em 1985, porque seria preciso que todas as destilarias funcionassem a plena capacidade.

"Supondo uma queda de 5 por cento na produção dos projetos — que não é muito —, o Proálcool terá que contar com 6,5 bilhões de litros em 85". Esse déficit de 4,2 bilhões de litros corresponde a 210 destilarias, que "já deveriam estar produzindo essa quantidade de álcool a partir de janeiro de 81. Ou seja, a construção dessas destilarias precisaria ter sido iniciada em janeiro de 1976, já que elas atingem sua plena capacidade de produção depois de cinco anos".

Preço do diesel

Lomardo também não concorda com Lamartine a respeito da possibilidade de utilizar o álcool para movimentar tratores e caminhões: "É um programa que não foi desenhado para resolver o problema de transporte de massa ou de diminuir os gastos no setor rural e muito menos para substituir transporte movido a diesel: 75 por cento do transporte de carga do País é feito por esse combustível".

— Só seria possível, tecnologicamente, utilizar álcool em caminhões e tratores, se o preço do diesel fosse superior ao do álcool. Caso contrário, quem compraria um caminhão movido a álcool? Não estou nem falando de conteúdo energético de um e outro combustível: o diesel é bem superior ao álcool. Mas se o Governo, para forçar a compra dos caminhões e tratores a álcool elevasse o preço do diesel acima do álcool, certamente entraríamos numa espiral inflacionária, talvez irreversível. Quem sugere isso, desconhece a estrutura econômica do País.

Indefinição

Depois de afirmar que o País não possui nenhuma política energética definida, Lomardo mostra que parte substancial da diminuição das importações de petróleo "que o Governo está anunciando como sua vitória", é muito mais em função "da política recessiva adotada pelo País".

Ele acha, por exemplo, que o melhor para o Proálcool seria entrar em curso normal, cessando interesses entre empresários, indústria e consumidores, de forma que essa produção prevista de 10,7 bilhões de litros, fosse atingida em algum ano da década de 90, porque assim se diminuiriam as pressões inflacionárias, dando tempo suficiente para aumentar a credibilidade das intenções do Governo perante a opinião pública, com um planejamento mais ordenado no plano financeiro-social".

Desemprego pode causar violência

(Paraíba prevê saques e depredações)

JOÃO PESSOA — "O desemprego na Paraíba já atingiu sua cota possível, portanto, se os empregos estão fechados, o desemprego também não mais vai continuar". Essa é a conclusão a que chegou o secretário do Planejamento e Coordenação do Estado, Geraldo Medeiros, ao comentar a atual situação econômica e social da Paraíba. Segundo o secretário, a Paraíba terá sua estabilidade ameaçada se persistirem os efeitos da crise, e a saída é a liberação de crédito para a agricultura e para o comércio, "de uma forma que não afete a política econômica traçada pelo Governo Federal".

Segundo o secretário do Planejamento e Coordenação, se o desemprego continuar aumentando, é possível que aconteçam distúrbios sociais, tais como saques e depredações, motivados pela fome e pela miséria, que a seu ver, são fatores sociais que mais fomentam a violência. No seu entender, se algo nesse sentido vier a acontecer, medidas puramente repressivas não serão as mais adequadas, já que as revoltas, nesse caso, seriam justificadas.

Para ele, a solução mais imediata a ser adotada pelo Governo Federal será uma revisão na política de créditos em relação ao Nordeste, que deve beneficiar principalmente a agricultura e o comércio. "Esta medida não afetaria a política econômica adotada pelo Governo Federal, já que a região Nordeste representa apenas 10 por cento do quadro econômico geral do Brasil. É preciso aumentar o crédito para o Nordeste para podermos sair da crise", argumentou o secretário do Planejamento da Paraíba.

O secretário Geraldo Medeiros vê poucas possibilidades de uma tomada de posição de caráter puramente administrativo por parte do Governo Federal. Ele acredita que a solução só virá a partir de um posicionamento político por parte das lideranças administrativas e políticas da região. "Devemos reivindicar soluções, mas estas reivindicações devem conter o caráter de uma exigência política", concluiu o secretário.

Indústrias catarinenses dão "férias"

FLORIANÓPOLIS — A Eletromotores WEG, de Jaraguá, do Sul, norte de Santa Catarina, decidiu conceder férias coletivas a seus quatro mil operários, a partir do dia 14 de setembro até o 4 de outubro. A decisão foi tomada para evitar demissões em massa, segundo informou seu diretor-presidente João Egon da Silva. Essa é a terceira grande indústria de Santa Catarina que adota medida semelhante, para tentar contornar seus problemas financeiros. As duas primeiras foram a Fundação Tupy, que vai dar férias coletivas a seus 8 mil funcionários, também a partir do dia 14 e a Censul S.A., cujas férias de seus 4 mil operários já estão vigorando.

Eletromotores WEG é uma das principais indústrias de motores elétricos do País e a principal indústria de Jaraguá do Sul. Segundo seu diretor-presidente, a intenção da empresa é evitar ao máximo as demissões, mas é possível que tenha recorrer à redução da jornada de trabalho em 25 por cento. Se as férias coletivas, que vigorarão a partir de 14 de setembro, não surtirem os resultados esperados, a direção da Eletromotores WEG pensa em conceder novas férias coletivas, a partir de dezembro.

Peru: greve no setor de água

LIMA — Os médicos, bancários e mineiros do cobre do sul peruano prosseguiram, ontem, suas prolongadas greves por reivindicações salariais e sociais, sem perspectivas de solução, exceto talvez para os bancários.

Os 45 mil trabalhadores municipais do país se dispõem também a deflagrar uma greve por tempo indefinido por reivindicações salariais, enquanto os funcionários de empresa estatal de água potável de Lima entram, ontem, em greve, pedindo também melhores salários.

As autoridades reiteraram que não podem atender as reivindicações salariais dos médicos. O cardeal-prímaz Juan Landasuri, anunciou que começará a mediar no conflito da saúde, que já atingiu 36 dias.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda

OBRIGAÇÕES DO TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TIPO REAJUSTÁVEL - ORTRJ

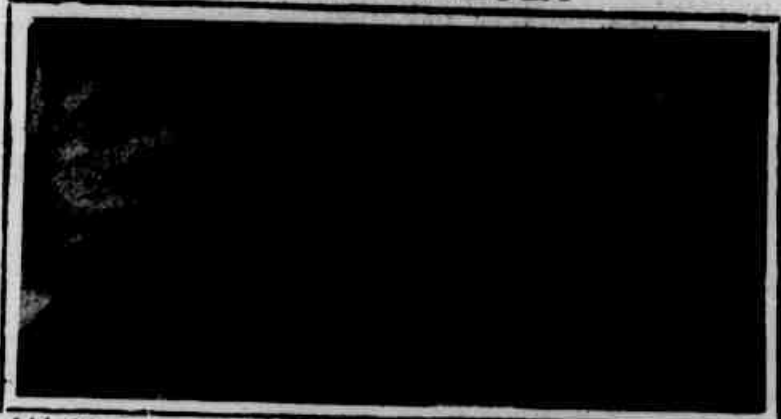
A Superintendência do Tesouro Estadual torna públicos os preços aceitos no leilão de que trata o COMUNICADO CCP Nº 17 de 26/08/81.

Vencimentos	Máximo	Preços	
		Médio	Mínimo
15/01/83	1.127,41	1.126,82	1.126,23
15/02/83	1.126,82	1.126,23	1.125,65
15/03/83	1.126,23	1.125,80	1.125,65
15/04/83	1.125,65	1.125,06	1.124,48
15/05/83	1.125,06	1.124,48	1.123,89
15/06/83	1.125,06	1.124,48	1.123,89
15/01/84	1.125,30	1.122,72	1.122,13

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1981.

Rui Barros Maldonado
Superintendente

LEONEL BRIZOLA



Até 14 de novembro é bem possível que o ex-governador mude de domicílio eleitoral. E concorra à eleição de 1982 pelo seu Estado verdadeiro que é o Rio Grande do Sul.

O ex-governador (sem aspas, sem aspas) Leonel Brizola, está consciente de que cometeu um erro político e eleitoral fixando seu domicílio para efeito de candidatura no Rio de Janeiro. E estaria disposto a aprovar a redução do prazo de domicílio para voltar ao seu verdadeiro Estado que é o Rio Grande do Sul. Se decidir fazer essa modificação, o sr. Leonel Brizola aceitará o lançamento de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul tendo Alceu Collares como candidato ao Senado ou a vice-governador.

Essa é a disposição de Leonel Brizola no momento em que escrevo. No Rio Grande do Sul ele será um candidato difícil de vencer, e é possível que nesse caso surja um entendimento entre ele e Pedro Simon. Mas para que haja esse entendimento é preciso que surja a candidatura de Brizola pelo Rio Grande do Sul. Pois sendo inenunciável sem Brizola na luta, é evidente, natural e compreensível que Simon não pense nem queira acordo nenhum.

Se mantiver seu domicílio no Estado do Rio de Janeiro, coisa difícil de acontecer, Brizola não será candidato nem a senador nem a governador. Motivo: sendo declaradamente candidato a Presidente da República em 1984, Brizola não poderá arriscar tudo num Estado

que nem é o seu. Pois sua grande votação no antigo Estado da Guanabara (muito diferente do Estado do Rio) em 1962, foi produto de circunstâncias. Circunstâncias que podem não se reproduzir agora.

Se disputar a eleição pelo Rio de Janeiro em 1982, será apenas de deputado para fazer uma grande votação e puxar uma bancada de uns 10 deputados federais. Se fizer 10 deputados federais no Rio de Janeiro, ficará como o segundo partido do Rio de Janeiro, tendo apenas acima dele o PP. Pois nem o PMDB fará 10 deputados no Estado do Rio de Janeiro, com candidato ao Governo ou sem candidato ao Governo.

O sr. Jânio Quadros telefonou de Londres para amigos dizendo que vai

"esticar ao máximo essa viagem ao exterior, pois poderá ser a última que fará em muitos anos". Compreende-se. Se for candidato a governador de São Paulo, não poderá parar a campanha para viajar à sua amada Londres. E se for eleito, poderia viajar entre a eleição e a posse, coisa difícil pois nesse período terá que ficar por aqui, "chocando" a vitória para não perdê-la. No Brasil é preciso ganhar a eleição. E levá-la...

O ex-Presidente tem dito a amigos, que também não quer ficar em São Paulo, enquanto discutem se o PMDB aceita ou não aceita a sua filiação. Se ficar em São Paulo forçosamente terá que entrar na disputa, e qualquer que seja o resultado, sofrerá evidentes desgastes. Por isso, como só sabe viver em dois lugares, São Paulo e Londres, e não podendo ficar em São Paulo, deixa-se acalantar docemente em Londres.

Ainda a propósito de Jânio Quadros: nesse episódio todo envolvendo o ex-Presidente, é surpreendente a tranquilidade de ex-"prefeito" Olavo Setúbal. E segundo amigos de sr. Setúbal, ele está convencido que Jânio Quadros não tem outra condição a não ser ingressar no partido onde ele, Olavo Setúbal estiver. E como Setúbal está no PP, Jânio Quadros iria mesmo para o PP. O que ninguém consegue descobrir: a razão de tanta segurança de ex-"prefeito" Olavo Setúbal.

Causaram gargalhadas nos mais diversos setores, as afirmações de sr. Ernane Galvães sobre

eleições. Primeiro porque ninguém sabe de onde o Ministro da Fazenda foi buscar aquelas estapafúrdias conclusões. Segundo, é que se ele não entende de economia que teoricamente é a sua especialidade, por que iria se meter a falar sobre política, que é coisa ainda mais difícil e complexa do que economia, na qual o sr. Galvães é mais incompetente do que qualquer um? Realmente desconcertante.

Mas o mais surpreendente é que o sr. Ernane Galvães seja mantido no cargo depois de todas as demonstrações de incompetência. E ainda mais com dois fatores extremamente irreversíveis. 1 — Aquele ar apavorado que não fica bem nem num ditador tipo Pinochet, Stroessner ou outro de gênero. 2 — Aquele bigode imoral e indecente, pois é feio demais. E se a feiúra é imoral e indecente, que bigode, Santo Deus. Como é que alguém tem coragem de olhar diariamente num espelho com aquele bigode?

Dei a notícia aqui há mais de 3 meses com exclusividade: os Borgias do Planalto estavam procurando uma fórmula para tornar inelegíveis 8 ou 10 pessoas, que foram cassadas, cumpriram a cassação, e agora são candidatos aos mais diversos cargos. Quando fis a revelação, todo mundo duvidou. Falaram em anistia, perdão, esquecimento de tudo, etc. etc. Mas eu que sabia de "ciência certa" que os Borgias estavam debruçados sobre a questão, voltei a afirmar tudo.

Pois agora o caso veio a público, já se tornou real-

mente conhecido e divulgado: os Borgias do Planalto não admitem as candidaturas de diversas pessoas, anistadas ou não. Entre essas pessoas, como eu disse da outra vez, se encontram Arraes, Brizola, Jullião, este repórter e mais uns 4 ou 5 cidadãos. Mas o que os Borgias não estão encontrando é a fórmula para cometer esta vilania. Apreçam que os "governadores" que foram cassados, serão inelegíveis.

Seria uma fórmula torpe como qualquer outra, pegariam nessa armadilha Arraes e Brizola, mas não pegariam a mim, Jullião e outros. Então teriam que utilizar várias fórmulas, e aí o escândalo seria muito grande. Mas os Borgias do Planalto, que não têm ninguém acima deles, pois quem poderia controlá-los não vai ao Planalto, não manda nada, "não reina nem governa", e eles ficam absolutos. Mas nessa questão serão amplamente derrotados. Eu por exemplo estou pagando para ver. Como aliás sempre fiz.

A Caixa Econômica continua roubando e pode, vendendo-lhe a ilusão de uma riqueza que não chega nunca, ou se chega rapidamente. Só um exemplo: a Loteria Esportiva distribuiu ontem um "Prêmio Recorde" de 251 milhões de cruzeiros. Mas para distribuir esses 251 milhões de cruzeiros, a Loteria Esportiva arrecadou 1 bilhão, 156 milhões de cruzeiros.

Quer dizer: a Loteria Esportiva distribuiu 20,5 por cento daquilo que arrecadou, o que é realmente uma coisa vergonhosa. Outro fato inacreditável: depois de quase 10 anos,

a Loteria Esportiva continua sendo chamada de TIMET, apenas para fugir ao controle de qualquer órgão de fiscalização federal, estadual ou municipal. Para onde vão os quase 70 por cento que não são distribuídos toda semana? Não há um deputado ou um senador capaz de pedir uma CPI para investigar esse fato inacreditável mas rigorosamente verdadeiro?

O programa Globo-Revista de ontem à noite mostrou uma entrevista ao vivo com o "governador" Antônio Carlos Magalhães, um evidente despropósito. Sendo um dos personagens mais incultos da vida pública brasileira, sendo um dos homens mais vazios que a vida pública brasileira produziu nos últimos 50 anos, não havia nada que justificasse essa entrevista que ninguém assistiu. A não ser que a TV-Globo, num raio de coragem, tivesse exigido do sr. Antônio Carlos Magalhães a sua declaração de bens de antes de 1964 e a declaração de bens de agora. Ai, não há dúvida, o programa teria sido sensacional.

A declaração do juiz Edmundo França e do Corregedor da Justiça Militar de Brasília, representam dois terríveis libelos contra o Procurador Dodaro. Os dois juizes afirmaram com todas as letras, que caberia ao Procurador Dodaro ter pedido o andamento do processo. Se não fez foi porque não quis a responsabilidade de dele. O Procurador Dodaro anda inquieto, amargurado, quando caminha a pé olha sempre para todos os lados. Por que essas precauções se ele está do lado do caçador e não da caça?

UR-GENTE

Passando pela Bahia a caminho do Recife onde irá assumir o comando do IV Exército (que inclui a própria Bahia), o general Enio Gouveia dos Santos afirmou "que a violência não chega a lugar algum e não atinge nenhuma objetivo". Isso é verdade e ninguém discute. Resta então a esperança de que o general Enio tenha uma solução mais feliz, mais fulminante e mais objetiva para o caso do quebra-quebra da Bahia.

Pois ninguém tinha dúvida que o general Enio se referia ao quebra-quebra de Salvador quando se manifestou contra a violência. Na verdade, todo mundo é contra a violência. Mas entre ver contra a violência e ficar insensível à solução dos problemas vai uma diferença muito grande. Pois como é que o general Enio quer que o povo se manifeste a não ser pela violência se pela via pacífica o povo não tem voz?

E abandonando os protestos e ficando só nos problemas: como é que o general Enio Gouveia faria se tivesse que pagar 6 mil cruzeiros de transporte por mês, ganhando de salário apenas 10 ou 12 mil cruzeiros por mês? Milagre naturalmente não vale já que o gordo, inútil e incompetente Delfim Netto esgotou todo o estoque. O que fazer a não ser apelar para os instintos e chamar a atenção das autoridades com um quebra-quebra ou outro ato de violência qualquer?

É muito bonito dar lição de moral nos outros quando se ganha muito dinheiro do que se precisa, e além do mais ainda existem as famosas "poderosas" representadas por essa, comida, transportes e tudo o que se precisa. E o trabalhador que não tem nem o necessário quanto mais o supérfluo, como é que terá que proceder? Se queixar no Bicho? Mas se ele ficar isso será acusado de subversivo pois a Igreja hoje está colocada numa suspensão tão grande quanto o trabalhador. O que não pode existir é essa aliança imoral e não legalizada de generais com aproveitadores do tipo Antônio Carlos Magalhães. Este é o verdadeiro instigador do quebra-quebra, direta e indiretamente.

Correu ontem o boato que o Prefeito Júlio Coutinho tinha caído. Só boato. O governo está mandando sondar as possibilidades de aprovação das eleições em dois. Os resultados preliminares indicam que ela não passará. Outro item da reforma que deverá também ser mandado ao Congresso é a ampliação do Colégio Eleitoral que elegerá o próximo presidente. Com isso fica garantida a estabilidade do regime por mais 6 anos e garante o próximo Presidente militar. Agora, dizem eles, "o último". O teatrólogo Rodrigo Faria Lima conseguiu reunir ontem centenas de pessoas a sua volta para comemorar conjuntamente seu aniversário e homenagear Henriette Morineau na Churrascaria Plataforma. O Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, aprovado na sessão plenária do CND, na sexta-feira, para entrar em vigor no próximo ano, vai criar polémicas. Por ele, jogador que participar de jogos amistosos, mesmo que beneficentes, no período de férias denominado de recesso do futebol, serão punidos e com rigor. Os atletas profissionais, agora com seu próprio jornal, lançado ontem no Maracanã, vão protestar pelo que chamam de intromissão em suas férias. Vão querer a liberdade, que todos os empregados têm, para gozá-las. Os jogadores de futebol estão culpando exclusivamente os clubes pela intromissão nos seus direitos. Telê Santana, cuja preferência de torcedor coloca o Fluminense em primeiro lugar, vai se incorporar à seleção brasileira que se prepara para o I Campeonato Mundial Juvenil de Futebol — os dois anteriores foram Torneios — a realizar-se na Austrália, em outubro. A etapa final de preparação vai começar quinta-feira, em Belo Horizonte. A CBF espera conquistar o título desta vez. Está acreditando que conseguirá, assim como o próprio título mundial profissional, no próximo ano, na Espanha. Aureliano Beltrão, em negociações para retornar à direção técnica do Americano de Campos, pode explicar muito bem por que João Carlos vem fracassando no Fluminense.

A visão

SEBASTIÃO LOBO NETO

TRÍPOLI — Terminou aqui a Conferência Internacional de Solidariedade à Líbia, conferência que terminou com uma magnífica sessão de encerramento. Vejo na TV Arafat e Ortega, dois símbolos de luta e libertação. Vejo na TV porque eu deveria estar lá, mas uma infernal fala burocrática me manteve durante cinco horas para obter minha credencial. São 9,30 da noite aqui (5,30 da tarde aí) e passei das três até as 8,30 esperando a credencial. Tarde demais para ir à conferência, me dizem. Volto ao hotel, melhor navio, e vejo a imagem da TV. Ortega e Arafat, Arafat e Ortega. Paciência, coisas da vida.

O fato inegável no entanto, esteja-se lá ou não é que a resistência a opressão cresce de maneira inequívoca a cada dia. "Hay que organiza-se hermana" me dizia ontem um repórter nicaraguense do jornal Barricada. Jovem e simples, mas com aguda visão dos problemas mundiais. O jovem do Barricada, tranquilamente descrevia a luta que a Nicarágua ainda sustenta para impedir que os tapados que hoje dominam os EUA, Bush, Messe, Richard Allen e outros, insistem em chamar de invasão comunista. Estão jogando os índios e povos da costa Atlântica da dita contra o resto do país (são costumes diferentes) e os EUA e somozistas já instalaram três estações de televisão para tentar desarticular a unificação do país. Ortega ainda há pouco disse em TV que recebera uma ameaça antes de sair da Nicarágua. Se viesse para a Líbia o país e ele "estariam sujeitos a graves consequências". Não precisou dizer de onde partiu a ameaça. Ovationado ao término chegou-se para Arafat e beijaram-se. A visão é inenarrável, e, pessoalmente sinto não estar lá.

A tarde o espetáculo da unidade a que me referi, espera-se o documento final da conferência que, segundo comentário geral, não ficará apenas na retórica das condenações. Pessoalmente duvido, mas cá comigo faço votos que algo concreto saia da reunião. De resto a festa na Líbia do dia 10 de setembro. Ammah, e que dependendo dos chefes de Estado africanos aqui presentes poderá ser o prenúncio da liderança de Kadafi na África. Não se sabe ainda quem vem. De qualquer maneira a cartada de Kadafi é muito bem calculada. Em dias saberemos se deu certo.

Enquanto isso a visão...

A invasão

A ameaça a que Ortega se referiu, já comentei no texto inicial, foi entregue à junta sandinista pelo embaixador da Venezuela a mando do Governo Reagan. A política, melhor, a ameaça de Reagan é uma política de duas faces com relação a Nicarágua. Ameaçando, via Venezuela, cortar o petróleo e por outro lado exigindo um pluri-

partidarismo que é uma capa para a divisão do país. Em suma: a Venezuela passa a ser o gendarme dos EUA no Caribe, e exige que a reação aos sandinistas seja sob a forma de pluripartidarismo fajuto. É fato comentado aqui e quando Ortega falou sobre a ameaça se inflamou de tal modo que foi aplaudido de pé.

Quem conta

A maioria dos jornalistas aqui presentes, nos seus despachos, considera que Ortega e Arafat dominaram a sessão final da reunião de solidariedade à Líbia, o que comentei antes vendo a TV local. Por outro, parece que a disposição líbia de sustentar os regi-

mes que lutam contra a opressão poderá modificar a situação da América Central, uma vez que não só Ortega, mas todos os nicaraguenses aqui, estão preparados para uma invasão do país que seria acompanhada de uma invasão de Cuba.

El Salvador

O chanceler de El Salvador foi à Venezuela, foi tratar de assuntos econômicos. Tá

bom. Juntem a informação anterior com esta e concluam.

Presidente e premier iranianos sepultados

(Um milhão de pessoas nos funerais. Guerra civil iminente).

TEERÁ — Mais de um milhão de pessoas assistiram ontem os funerais do presidente iraniano Mohammad Ali Rajai e do Primeiro-Ministro, Mohammad Djavad Bahonar. Ambos morreram em razão de um atentado à bomba praticado contra o escritório do chefe do Governo, que provocou três mortos e nove feridos.

A notícia oficial da morte dos dois dirigentes foi anunciada ontem pela Rádio Teerá às 8,00 horas locais (1,30 horas de Brasília). Imediatamente milhares de pessoas dirigiram-se ao Parlamento, onde estavam sendo velados os corpos dos dois "mártires" da revolução islamita.

Os manifestantes começaram a gritar em coro palavras de ordem religiosas e contra o imperialismo, os Estados Unidos, o ex-presidente Abolhasan Bani Sadr e Massoud Radjavi, líder dos Mudjahidin Khalq, estes dois últimos refugiados na França desde o final de julho. Uma parte da multidão dirigiu-se ao cemitério de Beheshtasahra para assistir os sepultamentos.

Durante a manhã, o conselho provisório da presidência — órgão que assegura o caráter interino do poder — pediu aos ministros que continuem em suas funções até a designação do novo chefe de governo. O ministro do Interior, aiatolá Madavi Kani, pediu a população que se mantenha em calma e evite "toda reação emocional". Antes, alguns dirigentes haviam censurado severamente as forças de segurança por sua ineficácia.

"O povo está encolerizado contra as forças de segurança. Deyem prestar contas", gritou o Hodjatolislam Hachemi Rafsanjani, presidente do Parlamento, dirigindo-se à multidão. O ministro da Orientação Islâmica, hodjatolislam Abdolmadjid Moadikah, por sua vez, pediu um "duro castigo" para as forças de segurança, acusadas de negligência, particularmente

os efetivos responsáveis pela proteção do primeiro-ministro.

Um pouco mais tarde, o aiatolá Komeini abandonou a reserva que mantinha desde o momento do atentado. O "guia de revolução", que considerava "sem importância" a onda de atentados que comove o país há vários meses, não pôde conter sua emoção após a morte do primeiro-ministro e do presidente da República. Bahonar foi seu discípulo teológico na cidade de Qom, e Rajai era apresentado como símbolo da piedade frente "ao intelectual ocidental Bani Sadr". "Nenhuma potência pode enfrentar uma nação que se considera originária de Deus", afirmou o aiatolá. Sobressaltado por uma solução, Komeini teve que interromper sua mensagem.

Após essa nova decapitação do regime, as autoridades parecem dispostas a reagir velozmente para preencher o vazio de poder existente no país. O Conselho de Vigilância, encarregado de controlar a aplicação correta da Constituição, autorizou o conselho provisório da presidência a funcionar e adotar as decisões legais em substituição ao Governo com apenas dois membros.

A Constituição exige que toda decisão deve ser adotada por três membros da hierarquia institucional: o primeiro-ministro e os presidentes do Parlamento e da Suprema Corte. O Hodjatolislam Hachemi Rafsanjani e o Ayatollah Mussevi Ardebili serão os encarregados de assegurar o caráter interino do poder por um período máximo de 60 dias, prazo limite fixado pela Constituição para a eleição de um novo presidente.

Por outro lado, a campanha de atentados não cessou com a tremenda explosão de domingo. Hoje, quatro partidários do regime foram assassinados em Babol, Teerá e Khorramabad. Também não diminuiu a onda de execuções. Esta manhã — segundo informações oficiais — foram fuzilados outros quarenta e quatro opositores ao regime.

Os acontecimentos das últimas 24 horas parecem indicar que o regime islamita e seus opositores estão decididos a prosseguir na escalada de violência que ameaça levar o país a uma guerra civil aberta.

"Uma resposta natural ao terror"

PARIS — O chefe dos Mudjahidines do povo Massoud Radjavi, referindo-se ao atentado de Teerá, disse que "é a resposta natural e indispensável a um dos regimes de terror e de tortura únicos na História moderna do mundo". Estas declarações foram publicadas, ontem, em Paris.

Para Radjavi, atualmente refugiado na França, juntamente com o ex-presidente Bani-Sadr, "a ruína cada vez mais rápida do regime prova que Deus, contrariamente às pretensões

mentirosas de Komeini, não deu representação alguma a este homem sanguinário para massacrar o Irã".

"Komeini deve ir, e partirá em breve", afirmou o líder revolucionário, acrescentando que "agora, o povo iraniano e os Mudjahidines do povo não lhe permitem aplicar o que lhe dita seu ilimitado sadismo..."

"Nosso povo reivindica essencialmente a Democracia, a independência, uma paz internacional duradoura, e o desenvolvimento sócio-econômico", disse.

Atentado fere general americano na Alemanha

WASHINGTON — Um general e um tenente-coronel norte-americanos ficaram gravemente feridos no atentado ocorrido, ontem, diante da Base de Ramstein, na República Federal da Alemanha, informou o Ministério da Defesa dos Estados Unidos.

Os feridos são o general Joseph Moore e o tenente-coronel Douglas Young, que foram internados no Hospital Militar de Ladstühl, afirmou um porta-voz da Aeronáutica em Washington.

Outros militares norte-americanos, que ficaram feridos sem gravidade

nesse atentado, receberam assistência médica mas não precisaram ser internados.

O atentado contra a Base de Ramstein, quartel-general da Força Aérea da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para a Europa Central, provocou comoção nos meios militares de Washington, os quais lamentaram a onda antinorte-americana que começa a se manifestar na Alemanha Ocidental. Nesse País estão estacionados cerca de 200 mil soldados dos Estados Unidos.

Angola desmente a retirada sul-africana

LUANDA — As forças sul-africanas que ocupam várias localidades da província angolana de Cunene ampliaram suas operações à província de Cuando-Cubango (sudeste), indicou ontem a agência oficial angolana ANGOP.

Num comentário sobre a situação no sul de Angola, a ANGOP indicou também que as forças de Pretória destruíram infra-estruturas que permitiam as conexões rodoviárias entre a província de Cune e a ocidental de Huila. A agência referiu-se a destruição da ponte sobre o Rio Cunene, nas proximidades de Xangongo (ex-Vila Rosada), já anunciada no final da semana passada.

A agência angolana estimoou que esses novos fatos desmentem a "retirada progressiva" anunciada pelo Governo de Pretória uma vez cumprida "a missão especial" do Exército sul-africano.

Por outro lado, o enviado especial do "Jornal de Angola" (órgão do partido no poder) afirmou que as tropas sul-africanas utilizaram "armas químicas" contra unidades militares e a população angolana.

O jornalista, que não informou os tipos de armas, indicou por outro lado que uma brigada de infantaria, apoiada por uma brigada de caça-bombardeiros integrada por 32 Mirage F-1 (franceses) e por 9 Buccaneer S-50 (britânicos) participou do ataque contra a cidade de Xangongo, que foi totalmente destruída. Segundo o jornal, a esquadilha de CCA-bombardeiros, está baseada em Rundu e Ruacana, na Namíbia.

Sanções

O México e o Panamá, junto com outros países não-alinhados, pediram ontem a Organização das Nações Unidas "a adoção de sanções exaustivas e obrigatórias contra o regime racista da África do Sul", por causa de sua "agressão contra Angola".

O projeto de resolução foi apresentado ao Conselho de Segurança da ONU pelos países não-alinhados que o integram, e leva a assinatura do México, Panamá, Nigéria, Uganda, Filipinas e Tunísia.

O projeto "condena energicamente o regime racista da África do Sul pelo atos de agressão premeditados, não provocados contra Angola" e "exige a retirada imediata e incondicional de todas as tropas sul-africanas do território da República de Angola".

O texto reclama ainda "o pagamento a Angola, pela África do Sul, de uma indenização integral e adequada" e decide pelo envio imediato a Angola de uma comissão de investigação, composta por cinco membros do Conselho de Segurança, para avaliar a situação no local.

No Peru, explosivos na embaixada dos EUA

LIMA — Um morto e dois feridos foram o resultado de uma nova escalada de atentados a dinamite que assolou o Peru nestas últimas 24 horas. O mais grave destes atentados ocorreu na Embaixada dos Estados Unidos, em Lima, contra a qual lançaram um veículo cheio de explosivos, que destruiu a fachada de três dos quatro andares do edifício. Este ataque ocorreu a 1 hora local (3 horas de Brasília), juntamente quando haviam terminado as festividades pelo Dia da Polícia, razão pela qual algumas zonas da cidade ficaram desguarnecidas. No populoso distrito de Comas morreu uma pessoa e duas outras ficaram feridas num atentado contra um posto de gasolina.

Estados: Loto deve pagar escolas

(Secretarias sem dinheiro para cumprir a Lei)

BRASÍLIA — A Caixa Econômica Federal, conforme garantiu o seu presidente, vai ter muitos recursos em 1982, em função da Loto. Poderia, então, fazer uma injeção de recursos financeiros para investimento, pelas Secretarias de Educação, mas a fundo perdido e não como financiamento.

Esta foi uma das sugestões feitas ontem pelos secretários de Educação ao ministro Rubem Ludwig, logo após reunião realizada, em Brasília, como forma de desatar os nós que apertam hoje as administrações estaduais. Outra forma apontada seria o próprio MEC tomar os empréstimos, assumindo o encargo do financiamento, pois as Secretarias estão no círculo vicioso de pagamento de juros e amortizações.

O BNH, que ao lado da Caixa participava desses financiamentos, fechou suas portas e até nos conjuntos habitacionais está cortando a construção de escolas — informaram os secretários. Esta é uma das dificuldades para que as secretarias cumpram as priori-

dades do MEC, entre as quais está a de universalização do ensino de 1º grau. Mas há outras, igualmente graves, que dizem respeito diretamente ao Ministério da Educação: o programa do livro didático foi reduzido significativamente. O da merenda escolar, além de reduzido, encontra-se em atraso tão grande que já deixou vazias as cantinas das escolas; a assistência ao aluno e o pagamento dos professores estão inteiramente comprometidos pelo atraso do repasse dos recursos estaduais do salário educação; e o MEC, embora tenha, garantido o contrário, está executando diretamente a educação pré-escolar, através do Mobral, numa total desintegração com os sistemas estaduais de ensino.

Dos quatro encontros de autoridades da educação e cultura, que se realizavam ontem, em Brasília, e que teve a participação de todos os secretários de Educação foi o mais informal, objetivo e importante. Convocado por eles próprios, a reunião teve a finalidade de assentar as bases preliminares para a criação de um Conselho de Secretários de Educação, cujo regimento será fixado em encontros posteriores.

Escola deve dirigir-se aos focos de pobreza

BRASÍLIA — "Não podemos, honestamente, pretender universalizar, no Brasil, o ensino de 7 a 14 anos — dever constitucional do Estado de Direito da Pessoa Humana — se os recursos não forem dirigidos para os principais focos de pobreza, num esforço solidário e integrado com os demais setores que compõem o Governo federal e com os Estados" — declarou, ontem, o secretário-geral do MEC, Sérgio Pasqualli, ao instalar o III Encontro de Delegados e Representantes do MEC nos Estados.

Traçando as linhas prioritárias da ação do MEC, Pasqualli observou que a educação, a cultura e o esporte, além de articulados entre si, não podem ser encarados isoladamente, mas dentro de um contexto global, onde estão os setores de saúde, trabalho, desenvolvimento regional, Previdência Social, além do financeiro e econômico, que devem atuar de forma integrada para realizar os objetivos do Governo no campo social.

O que afeta

Enfatizando os princípios pelos quais a educação poderá ficar comprometida se tratada isoladamente, o secretário-geral do MEC deixou claro que a política social do Governo visa, acima de tudo, "contribuir para a redução da pobreza, entendida na sua dimensão econômica e política, já que a educação é profundamente afetada pelas condições de nutrição, saúde, higiene, ambiência familiar, mercado de trabalho, migrações, desenvolvimento regional, enfim, por fatores políticos e econômicos".

Desta forma — observou — o atual projeto educacional brasileiro apóia-se não apenas em aspectos pedagógicos, mas também em avaliações sócio-político-econômicas, "porque o mesmo segmento da população que padece do analfabetismo, vive a pobreza".

Prioridades

As prioridades, definidas pelo MEC para a área de edu-

cação básica e o setor de desenvolvimento cultural satisfazem, segundo Pasqualli, a expectativa do Governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, fomentar o processo de democratização da sociedade e adotar o comportamento racional no uso dos recursos, que se destinam para o atendimento preferencial das populações e regiões mais carentes.

Explicando aos representantes do MEC nos Estados, pela primeira vez, o que esta gestão do MEC pretende executar, o secretário-geral informou que a área de educação básica compreende "o espaço educativo formal e não formal, centrado no 1º grau e em torno dele, incluindo o pré-escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do segundo grau, como, forma de garantir aos membros da sociedade auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas. O desenvolvimento cultural envolve programas de incentivo à criatividade popular, valorizando a comunidade e a região.

Recursos

Estas prioridades para 1982, para Sérgio Pasqualli, devem merecer a devida atenção no que se refere à alocação de recursos financeiros, humanos e materiais. "A prática tem sido a de se voltar, em primeiro lugar, para as atividades de rotina, ficando as prioridades como elementos residuais, como programas a serem desenvolvidos se recursos adicionais forem concedidos. É necessário reverter este processo."

Mais um órgão novo surgiu no MEC — a Coordenadoria de Relações Externas — a que estarão vinculadas as Delegacias Regionais. Ontem e nos próximos dois dias, o MEC estará discutindo, com todos os delegados, a ação dessa Coordenadoria, das Delegacias, e das representações.

IV Exército: Enlo substitui Campelo

RECIFE — O general Enlo Gouvêa dos Santos foi empossado ontem, no Recife, no comando do IV Exército, em lugar do general Florimar Campello, que passou para a reserva remunerada. A solenidade de transmissão do cargo, realizada no Quartel do Comando do IV Exército, no subúrbio do Curado, foi presidida pelo ministro do Exército, Walter Pires.

A solenidade foi assistida por mais de duzentos convidados, entre eles sete governadores do Nordeste, autoridades civis e militares, tais como o comandante do III Distrito Naval, almirante Luis Brígido Bitencourt, e o comandante do II Comando Aéreo, major-brigadeiro-do-ar Luis de Gonzaga Lopes. Dos governadores nordestinos, estiveram ausentes apenas o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e o do Piauí, Lucídio Portella.

Durante a solenidade, um oficial leu o discurso de despedida do general Florimar Campello, em que o ex-comandante lembrou passagens de sua vida durante os 47 anos que serviu no Exército. "Procurei sempre — disse — manter independência, isto é, jamais integrar ou constituir 'entourage' ou grupos, de modo a ter a faculdade de pensar e expandir meu pensamento sem restrições ou condicionamentos, servindo exclusivamente ao Exército, certamente sem prejuízo da disciplina intelectual e do acatamento à decisão do chefe."

Andreazza libera verbas à Paraíba

O ministro do Interior, Mário Andreazza visitará, hoje, João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, quando assinará atos no valor global de 4,2 bilhões, beneficiando as áreas de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano. Durante a programação, o ministro estará acompanhado do governador Tarcísio Burty, do prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro e do superintendente da Sudene, Valfrido Salmito.

A programação, em João Pessoa, compreenderá a assinatura de atos, no Palácio do Governo, totalizando Cr\$ 2,4 bilhões, para ampliação do sistema de abastecimento de água da capital paraibana; implantação do Projeto Cura, também, em João Pessoa e obras habitacionais nos municípios de Santa Rita e Sousa.

Já em Campina Grande, na parte da tarde, o ministro e comitiva visitarão obras do Distrito de Serviços Mecânicos, em fase de conclusão, destinado a abrigar 152 oficiais mecânicos existentes no centro da cidade, lojas de autopeças e uma escola do SENAI; seguindo-se a inauguração de melhoramentos públicos pelo Projeto Cura; cuja primeira etapa prevê a substituição de 145 habitações subumanas por moradias condígnas; e inauguração de dois conjuntos habitacionais "Severino Cabral", com 605 casas, beneficiando 3.025 pessoas. "Mini-Conjuntos V", com 47 casas, beneficiando 235 pessoas.

Ainda em Campina Grande, o ministro Mário Andreazza assinará com o prefeito Enivaldo Ribeiro, contrato para a primeira etapa do Projeto Cura II, no valor de Cr\$ 142,4 milhões, objetivando o prosseguimento de obras públicas e modernização da cidade.

O mais importante ato em Campina Grande, no entanto, prevê a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 1,619 bilhões dentro do programa de cidades de porte médio, apolado pelo Banco Mundial.

Pedem reforma na PM sete coronéis

Os pedidos de transferência para a reserva de sete dos nove coronéis da Polícia Militar do Rio, promovidos semana passada pelo governador Chagas Freitas, representam 16 por cento do quadro, que é de 44. Com essa revogada, sobe a quase 20 o número desses oficiais que deixaram o serviço ativo da corporação desde 11 de fevereiro deste ano, quando o coronel de Exército Nilton Cerqueira assumiu o comando-geral.

Esses sete coronéis foram colocados à disposição do Departamento de Pessoal, conforme despacho do comandante-geral publicado no "Boletim Reservado" da corporação, no mesmo dia em que Nilton Cerqueira exonerou de comandos e de diretorias outros 11 oficiais, um dos quais por ter participado de uma cerimônia na Câmara de Vereadores de Duque de Caxias ao lado de um contraventor de jogo-de-bicho. Uma de suas primeiras medidas à frente da PM, o comandante-geral fez instituir a "cruzada contra a corrupção" e já puniu numerosos oficiais e praças.

São os seguintes os coronéis que semana passada pediram e aguardam reforma: Nêudo Coelho Soares, Jorge Fernandes Marques, Creso Rodrigues Bastos, Juarez Cosme da Silva, Sebastião da Rocha Ribeiro, Orimar Oliveira Dias e José Luis Ribeiro.

Ainda de acordo com o "Boletim Reservado", que não revelou os motivos dos pedidos de reforma e das alterações de co-

mando, Nilton Cerqueira extinguiu a Secretaria Geral, fazendo retornar ao policiamento cerca de 50 homens, entre oficiais e praças.

Foram as seguintes as exonerações: cel. Américo Rodrigues Loureiro, da Secretaria Geral; cel. Ricardo Frazão do Nascimento, do 15º Batalhão, substituído pelo ten-cel. Eduardo Luis Blanco, que comandava a Cia. Independente da Ilha Grande; ten-cel. Marinel de Sousa Carvalho, da Escola Superior de Polícia; cel. Bonifácio Dias de Barros, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, nomeado diretor de apoio logístico; ten-cel. Iaci da Cruz Saraiva, do Batalhão de Polícia Rodoviária, substituído pelo ten-cel. Clodoaldo da Silva Santos; ten-cel. Evandro Gonçalves Figueiredo, do Batalhão de Polícia de Atividades Especiais, que passou a diretor de Assistência Social; ten-cel. Sebastião César Calheiros, da 1ª Cia de Friburgo, substituído pelo ten-cel. Edson Alfradique Moura; Cel. Henrique de Sousa Lima, da Diretoria de Assistência Social; ten-cel. Newton José dos Santos, do Núcleo Centro de Alistamento de Pessoal, substituído pelo major Roberto Pimental. O cel. Newton assumiu o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

O cel. Sebastião César Calheiros foi nomeado para o comando do Batalhão de Polícia de Atividades Especiais e o major Luis Estanislau Erthal Monerat para o comando da Cia. do Presídio da Ilha Grande.

Comandante em SP acusado de prevaricar

SÃO PAULO — O coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo, poderá ser processado por prevaricação, caso não cumpra até o final da tarde de hoje, a portaria baixada pelo juiz Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, corregedor dos presídios do Estado e da Polícia Judiciária da capital, determinando que todos os casos de tiroteio ou resistência envolvendo policiais civis ou militares, como autores ou vítimas, sejam imediatamente comunicados àquela Corregedoria. A portaria entrou em vigor no dia 17 de julho e até hoje nenhuma das várias ocorrências com morte de suspeitos por policiais neste período foi encaminhada ao juiz corregedor.

Na última sexta-feira, o juiz corregedor concedeu prazo de 48 horas para o Comandante Geral da Polícia Militar cumprir a portaria número 3/81, sob pena de prevaricação. O artigo 319, do Código Pe-

nal diz: "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de Lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: pena — detenção de três meses a um ano e multa de quatro mil cruzeiros".

A portaria número 3/81 foi baixada considerando "a necessidade da Corregedoria Permanente da Polícia da capital estar informada acerca da atuação das autoridades policiais, civis ou militares, e seus agentes e funcionários, e que é finalidade precípua da Corregedoria averiguar e acompanhar os serviços e atividades policiais, colimando a estrita observância de Lei e garantia dos direitos".

O comandante da Polícia Militar, coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga, não quis dar entrevista sobre o ultimato que recebeu da Justiça. Procurado insistentemente por jornalistas, ele alegou ontem: "quem me conhece sabe que eu não costumo dar entrevistas".

Paraná: delegados condenam corrupção

CURITIBA — Os delegados da polícia do Paraná divulgaram ontem, em Curitiba, manifesto dirigido à população, condenando a violência, a corrupção e as arbitrariedades "cometidas por maus policiais e péssimos cidadãos" e pedindo "respeito aos Direitos Humanos e o estabelecimento da justiça social, sem violência e sem arbitrariedade". O documento dos delegados foi uma resposta às denúncias que surgiram nas últimas semanas contra a polícia do Paraná, entre elas o envolvimento de policiais da Delegacia Antitráfico de Curitiba em um caso de estorção.

A nota dos delegados garante que esses "maus policiais, felizesmente se constituem em minoria sempre detectada e processada pelos agentes da Lei, cuja integridade e coragem não transigem no combate à corrupção e na observância da Justiça". Eles pedem o

fim das interferências políticas no trabalho da polícia, desde que "a reconstrução da Democracia e papel reservado à polícia deve ser o de uma instituição desvinculada de posições e influências político-partidárias, auxiliando sempre o Judiciário com fidelidade aos preceitos constitucionais".

Os delegados de todo o Estado, que assinaram o documento, pedem à população que "continue a confiar na polícia civil e em seus funcionários que tudo farão para fiscalizar a qualidade do atendimento ao público, bem como executar publicamente os serviços que desviam dos objetivos direcionados a propiciar a segurança e o bem-estar do povo". Eles fazem um apelo ao Governo Estadual para que dê melhores condições de trabalho, aumento de pessoal qualificado e melhores salários na polícia, como forma de evitar a corrupção e a violência.

Macedo: é a pior fase de desemprego

(Medidas serão adotadas com urgência. Quais, ele não disse)

BRASÍLIA — O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, disse ontem que "a pior fase de desemprego estamos vivendo agora", enfatizando que "a tendência é melhorar, porque no segundo semestre o volume de demissões é menor que a oferta de emprego, conforme tem revelado as pesquisas". Ele confirmou que medidas serão adotadas, com urgência, para conter o desemprego, mas não quis adiantá-las, alegando que os estudos estão sendo feitos em conjunto com o Ministério do Planejamento, e que, por isso mesmo, prefere "dar a coisa feita".



O Ministro, porém, acredita em melhoria no segundo semestre.

Macedo confirmou, por outro lado, que uma das medidas já em execução é a transferência de mão-de-obra dos focos de desemprego para grandes projetos do Governo, em agosto. Segundo disse, três mil trabalhadores deslocados pelas empreiteiras que trabalham para a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), foram trabalhar nas obras de Tubarão e Tucuruí e em obras da periferia de São Paulo.

Adiantou que outras demissões serão feitas este mês pelas empreiteiras da Cosipa e que os demitidos solteiros irão trabalhar naqueles dois projetos, enquanto para os que têm família ele pretende encontrar trabalho na periferia de São Paulo. Ao mesmo tempo em que desarticou a reforma do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço como medida de caráter de emergência, Macedo confirmou que as alterações do FGTS virão no bojo da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, prevista para 1982.

O ministro, afirmou, por outro lado, que não estranhou o fato de apenas um mil desempregados terem comparecido à concentração, domingo último, no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, porque muitos voltaram para as suas regiões de origem, acentuadamente o Nordeste. Em razão desse fluxo migratório, o que ele considera "um fenômeno", informou que o Ministério do Trabalho "vai procurar saber o que os demitidos que retornaram para o Nordeste pretendem fazer, para que se possa adotar alguma medida".

Em Salvador, Jane presta depoimento

SALVADOR — A coordenadora do Movimento Contra a Carentia na Bahia, Jane Vasconcelos, a pessoa mais procurada pela Polícia Federal durante os distúrbios de rua em Salvador, prestou, ontem, depoimento na Superintendência Regional do DPF e negou que tivesse iniciado a violenta manifestação popular. "O apedrejamento dos ônibus eu sempre atribui à revolta do povo pelo que está vivendo", disse ela depois de prestar depoimento, durante o qual foi inquirida sobre as atividades do MCC, a organização nos bairros e o seu trabalho de coordenadora. Jane médica, que na semana passada foi demitida da Secretaria de Saúde do Estado, foi assistida pelo criminalista e professor da UFBA, Edson O'Dwyer.

O criminalista afirmou depois do depoimento que sua cliente não estava até hoje indiciada na LSN e não cometeu nenhuma atitude que pudesse ser classificada como ilícita. Informou que ficou combinado com o delegado Teixeira Pereira, que preside o inquérito, que Jane será, novamente, ouvida e deverá ser intimada. Para o depoimento de ontem, a líder do MCC em Salvador, recebeu intimação na última sexta-feira, depois de na semana passada, ter tido a casa, que mora, revirada pelos agentes policiais.

Em BH, Brucutu foi impedir o protesto

BELO HORIZONTE — Ultrapassando tropas fortemente armadas (inclusive com fuzis), cavalaria, viaturas diversas e o tático móvel "Brucutu", que circulavam de sirene aberta, a Polícia Militar ocupou todo o centro de Belo Horizonte, a partir das 14 horas de ontem, para impedir qualquer manifestação contra o aumento das passagens dos ônibus urbanos, cuja vigência prevista para hoje, já foi adiada. A manifestação fora programada na semana passada pelo Movimento Contra a Carentia e outras entidades e proibida no início da tarde de ontem pelo secretário de Segurança, Amando Amaral, para "defender a paz das famílias e a tranquilidade dos que trabalham".

O aparato policial montado no centro da Capital mineira só começou a ser desmobilizado a partir das 19 horas, quando já era pequeno o número de pessoas que se agrupavam nas ruas. Enquanto permaneciam nas ruas, os policiais cercaram totalmente a Igreja São José, onde seria realizada a manifestação e ocuparam todos os pontos estratégicos, dispersando com empurrões os grupos que se formavam, pois a população foi surpreendida pela mobilização e buscava informações sobre a presença ostensiva de tropas pela cidade.

No início da noite de ontem o DOPS mineiro confirmou a detenção de pessoas que, segundo o delegado França Tavares, seriam ouvidas uma a uma, para "examinar sua participação nos acontecimentos". Foram confirmadas as detenções das seguintes pessoas: Lourival Andrade, do Movimento pela Melhoria dos Transportes da Cidade Industrial; Eduardo Motta de Vasconcellos Albuquerque, dirigente estudantil e integrante da Comissão Executiva Regional do PT; o professor Júlio Pires e sua mulher Isis Magalhães; o presidente da União dos Estudantes, Américo Antunes; o metalúrgico Albenício Dias de Carvalho. Foi detido ainda um rapaz barbudo que estava com uma sacola tipo "capanga", que seria estudante secundarista, segundo alguns, ou agente do DOPS, segundo outros, pela frequência com que é visto em manifestações públicas.

Meia-passagem: será benéfico para todos

Por unanimidade, todos os presidentes de sindicatos e associações de moradores ouvidos a respeito, aprovaram o projeto do vereador Helió Fernandes Filho, que institui a meia-passagem nos ônibus para trabalhadores sindicalizados. "Muito bem, além de beneficiar o trabalhador, vai estimular a sindicalização", assim o presidente do Sindicato dos Bancários, Ivan Martins Pinheiro, comentou sobre o assunto.

Ivan Martins Pinheiro, que explicou já ter tido conhecimento do projeto, depois de falar da complexidade dos problemas dos trabalhadores, acrescentou ser a medida um ótimo passo no sentido de resolver esses problemas e enfatizou que se regozija com o vereador em função dessa iniciativa.

O projeto, que foi aprovado pela Câmara Municipal na quarta-feira, da semana passada, dia 27 de agosto, agora está aguardando a sanção do prefeito. Sobre a aprovação do projeto pela Prefeitura, o presidente do Sindicato dos Professores, José Monreivi Ribeiro, se manifestou dizendo considerar uma coisa difícil.

Já o presidente da Associação de Moradores da Favela da Rocinha, Achou que a medida ajudaria, e muito, os trabalhadores, pois os preços das passagens estão cada vez mais exorbitantes, causando um grande buraco no bolso do trabalhador e piorando ainda mais o já terrível quadro do trabalhador brasileiro. Ele comentou que no caso especial dos moradores da Rocinha, a medida iria trazer grandes benefícios, porque o transporte é um dos grandes problemas dos moradores do local, e explicou que da favela até a Praça do Jôquei, um percurso muito pequeno, o morador é obrigado a pagar 22 cruzeiros.

Jô Resende, presidente da Famerj, considerou o projeto

muito significativo e ressaltou que a passagem dos ônibus faz parte das preocupações das comissões de transporte e explicou que não se posicionaria de forma mais ampla sobre a medida por desconhecer o projeto no seu todo, mas sublinhou achá-la muito interessante.

O presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Juracyr Martins dos Santos, depois de considerar o projeto uma idéia muito feliz do vereador Helió Fernandes Filho, falou da validade de se prestigiar o trabalhador sindicalizado e ressaltou a necessidade desse projeto ser aprovado o mais rápido possível, pois na atual situação que estamos vivendo, de revolta do povo, em decorrência dos altos aumentos nos preços das passagens, o projeto é, além de muito válido, muito oportuno.

Nas ruas do Centro da cidade, pessoas entrevistadas se mostravam favoráveis e, ao mesmo tempo, temerosas de que não seja aprovado o projeto do vereador Helió Fernandes Filho. O desenhista eletrônico, Antônio Carlos Carvalho, considera a medida boa, mas não acredita em seu êxito: "nada que diga respeito ao trabalhador dá certo no Brasil."

O comissário de bordo Luiz Vieira acha a idéia excelente e sugeriu sua ampliação, de modo que todos com mais de 65 anos sejam isentos de qualquer tipo de pagamento em transporte ou diversão, "como acontece na Europa." A professora primária Maria Cláudia Rodrigues diz que será um alívio para o bolso do operário: "isto vem bem na hora, haja visto os últimos acontecimentos na Bahia, que mostraram insatisfação da que não aguenta mais os sucessivos aumentos em itens básicos para a sobrevivência."

ABI protesta contra expulsão de repórter

A Associação Brasileira de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro vão enviar carta ao embaixador uruguaio no Brasil e ao ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, protestando e exigindo providências contra a expulsão do Uruguai do jornalista Mário Augusto Jakobskind, enviado especial da revista *Cadernos do III Mundo* e da *TRIBUNA DA IMPRENSA*. O jornalista, que ia fazer uma reportagem sobre a situação política daquele País, foi, no último sábado, detido no hotel Espanha, em Montevideu, por dois agentes da Direção Nacional de Informação e Inteligência, tendo sido expulso do Uruguai em menos de 48 horas.

Ontem, o jornalista Mário Augusto Jakobskind entregou um relatório de sua rápida passagem no Uruguai ao presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e ao secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Baeta. Hoje, às 17 horas, o secretário geral do Conselho Federal da OAB encaminhará o caso do jornalista ao Conselho de Direitos Humanos da Ordem. Com base no depoimento do jornalista, a OAB tomará as medidas que forem necessárias para garantir o seu direito de exercer a profissão livremente. Segundo Herman Baeta, da OAB, "parece con-

stituir uma violação de direito e fato de um jornalista credenciado pela *TRIBUNA DA IMPRENSA*, que circula diariamente neste País sem qualquer restrição legal, e por uma revista mensal — *Cadernos do III Mundo* — ter sido impedido de exercer livremente a sua profissão num País amigo."

Adiantou o representante da OAB que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem "pedirá informações pelos canais normais e diplomáticos ao governo do Uruguai, no sentido de que se esclareça o episódio" e que, "se confirmadas as restrições e intimidações impostas ao jornalista, aquele governo adote as medidas legais que o caso requer."

O presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, disse ontem que "esse acontecimento é mais lamentável ainda porque o que levava o jornalista ao Uruguai era o desejo de registrar tudo o que se vinha verificando nos últimos tempos no processo de abertura política, já instaurada no País."

— Onde se vê — concluiu Barbosa Lima Sobrinho — que, muitas vezes, o maior adversário dos governos está nos excessos das medidas de repressão, que evitam, desta maneira, uma publicidade que, tudo indicava, viria proporcionar uma nova imagem do Uruguai nos caminhos da democracia.

"Consequência do modelo econômico"

SANTO ANDRÉ — "O desemprego não é problema municipal e sua consequência de um nefasto modelo econômico, para cuja implantação nem os Municípios nem os trabalhadores foram consultados". Assim o prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa, reagiu às declarações do deputado federal Antônio Erasmo Dias (PDS), que desafiou os prefeitos do ABC — "que são todos do PMDB" — a resolver o problema do desemprego em seus Municípios, alegando que o orçamento da região "supera a arrecadação de muitos Estados do Brasil".

O prefeito de Santo André, Lincoln Grillo, também afirmou que o problema do desemprego não é de competência dos Municípios, mas "é resultado do modelo econômico desastroso implantado pelo Governo do PDS". Para ele, "em lugar de soltar palavras demagógicas sobre o drama dos desempregados", o deputado Erasmo Dias "melhor faria se ajudasse os Municípios em sua luta por uma redistribuição fiscal, mudando esta situação injusta, que faz com que os poderes locais estejam ante o espectro próximo de fecharem suas portas por falta de recursos para administrar as cidades".

Raimundo da Cunha Leite, prefeito de São Caetano do Sul, disse que "é muito fácil se esconder na multa e jogar os problemas em cima dos outros", ao comentar as declarações do deputado Erasmo Dias. "O que ele, como deputado, fez pela classe trabalhadora?" Indagou o prefeito, acrescentando que Erasmo Dias poderia, como exemplo, apresentar projeto para que os recursos da Loteria Esportiva sejam destinados a um fundo de amparo aos desempregados. "caso ele esteja interessado no problema".

Cunha Leite também criticou as dificuldades existentes para um diálogo com o Governo sobre o problema do desemprego, lembrando que os prefeitos do ABC nem conseguiram chegar próximo do Presidente da República, "devido a seu forte esquema de segurança", quando de sua última visita a São Paulo, para lhe entregar um documento propondo sugestões para amenizar o problema.

Tito Costa, por outro lado, comentou que a "injusta distribuição da arrecadação para os Municípios — é mantida de propósito para obrigá-los a uma condição de pedintes do Estado e do Governo Central".

Governo prejudica o assalariado

SÃO PAULO — O Governo está prejudicando sensivelmente o contribuinte assalariado "ao não cumprir com a promessa de promover reajustes semestrais na tabela de alíquotas para o desconto do Imposto de Renda — o que deveria ter ocorrido em julho último, quando dos reajustes salariais". A opinião é do professor e consultor de Política Salarial, da Fundação Getúlio Vargas, Luciano Galvão, para

quem a "manutenção de uma tabela, válida para os primeiros seis meses do ano, no segundo semestre está obrigando os contribuintes que mudaram de faixa — nos últimos reajustes salariais — a pagarem percentualmente mais Imposto de Renda, sem na verdade terem sofrido aumentos reais em seus salários. E isso, no mínimo, deve ser considerado injusto".

Excelente índice de recuperação mostrou o Palmeiras (São Paulo), neste fim-de-semana. Depois de perder no sábado, para o Sevilla, por 5 a 0, conseguiu no domingo, perder somente de 4 a 0, para o CRKA de Sofia, Bulgária. Os jogos foram pelo Torneio de Carranza.

O Campeonato Mundial Juvenil, a realizar-se em outubro, na Austrália, e no qual se disputa a Copa Coca-Cola, tem o título de Campeonato, pela primeira vez. Nas duas vezes anteriores, primeira na Tunísia vencido pela URSS e a segunda no Japão, vencido pela Argentina, as competições se chamaram Torneio Mundial Juvenil.

Na primeira competição se inscreveram 56 países; na segunda 89 países; e, na atual, 96 países. O Brasil participou na Tunísia, ficando em terceiro lugar. Perdeu nas semifinais, para o México, na cobrança de pênaltis. Os brasileiros não foram ao Japão, eliminados na competição preliminar, no Uruguai, em 1979.

Alternando bons com maus momentos, o basquetebol masculino brasileiro ficou em segundo lugar, no Torneio Cristóvão Colombo, realizado no México e vencido por Cuba. Brasileiros e cubanos chegaram juntos ao final da competição. O confronto direto (Cuba venceu o Brasil) definiu o campeão como definitivo, também, o terceiro lugar, em favor dos Estados Unidos com Porto Rico em quarto. Os canadenses ficaram na quinta posição; argenti-

nos na sexta; uruguaios na sétima e os mexicanos na oitava e última colocação.

O CND aprovou — com e por palminhas — provincialmente, o uso de publicidade nos uniformes das equipes e dos atletas, do chamado esporte amador no Brasil. Não somos, nem nunca fomos, contra a medida. O britânico Sebastian Coe, recordista mundial da milha e que luta com seu patricio Steve Owens, pela supremacia mundial da distância, leva publicidade na camisa.

A promoção permitida — na forma explicitada — pelo CND, será no aplicativo, utilizado para colocar o número do atleta, pelo qual ele é identificado na competição. Sebastian Coe tem, nitidamente impresso, no aplicativo e em cima do número, a palavra Oitavo, que se refere à conhecida marca de relógio. O didatismo que emana da peça dos mestres legisladores brasileiros, nada mais é do que cópia.

Estando na legislação brasileira — Lei aprovada pelo Congresso Nacional e em Decreto do Presidente da República — que o esporte brasileiro seguirá as regras e as normas das entidades internacionais a que estiver filiado e, que, cabe às CONFEDERAÇÕES fazê-las cumprir, nos parece fora de propósito o órgão estatal baixar Deliberação ou Resolução sobre a matéria, pois lhe falta competência para a atribuição que é própria à entidade esportiva de âmbito nacional.

Quando muito o CND poderia aprovar, de per si, solicitações fundamentadas, da Confederação, sobre a matéria, como ocorreu com a CBF, no caso do ramo de café.

O episódio, a nós leigos, deixa a impressão nítida que o CND alterou a Lei do Congresso e o Decreto presidencial.

Nilson Mattos, diretor de Futebol do Fluminense, a quem se atribui a trama e criação do ambiente propício para afastar Nelsinho da direção do futebol do clube, estava perplexo, com as reações de Cláudio Adão e Zezé, substituídos durante o jogo com o Botafogo, no domingo, no Maracanã. Confessou que nem sequer desconfiava que isso fosse possível.

Perplexidade deve ter causado a todos os desportistas o despreparo e a ignorância do diretor tricolor. Mantê-lo no posto chega a ser temerário.

Presidente Silvio Kelly, vamos admitir que o vice-presidente Raphael de Almeida Magalhães estivesse certo ao se propor a fazer no futebol do clube, um sistema empresarial. Será que o vice esboçou dentro da técnica e com as precauções inerentes, o responsável pela mercadoria (futebol) que o clube se propõe a oferecer a todos?

Duvidamos. Só restam duas alternativas para a solução: uma, a renúncia espontânea dos dois dirigentes do futebol e a outra, a necessária profilaxia, para afastá-lo.

TAPETÃO: ATLÉTICO ESPERA VITÓRIA

BELO HORIZONTE — O Atlético Mineiro aguarda a confirmação do julgamento do processo de seu jogo contra o Flamengo, em Goiânia, para quinta-feira em Lima. O advogado Athenagoras Café Carvalhais e o diretor Marcelo Guzela, lá estiveram durante toda a semana passada e voltaram no fim de semana.

Segundo os mineiros, as possibilidades de anulação do jogo são boas, pois a Confederação Sul-Americana de Futebol e o presidente Teófilo Salinas não teriam adia-

do a definição da tabela das semifinais da Taça Libertadores da América e convocado os membros do Comitê Executivo, senão considerassem graves os argumentos do Atlético para contestar o resultado da partida do Serra Dourada.

Há muita confiança no clube e os advogados estão até prevendo duas possibilidades: o jogo ser anulado e nesse caso o Atlético pode escalar os cinco jogadores expulsos e suspensos automaticamente, ou a partida ser considerada nula

e nesse caso ser disputada outra, mas com o Atlético não podendo escalar Reinaldo, Eder, Palhinha, Chicão e Cemar, expulsos pelo árbitro José Roberto Wright.

Marcelo Guzela disse que há indícios de que a Confederação Sul-Americana poderá, pela primeira vez, anular um jogo, mas tudo depende da reunião do Comitê Executivo. Explicou que tanto ele como o representante do Flamengo, Márcio Braga, foram bem recebidos por Salinas, que não deu opiniões sobre o caso.

AMÉRICA

Carlos Alberto, atacante contratado por empréstimo ao Palmeiras até o fim do ano, tem treinado bastante, e, segundo o técnico Marinho Peres, poderá estreiar no time do América, contra o Vasco, domingo, no Maracanã. O treinador só não sabe ainda em que posição vai escalá-lo, pois Carlos Alberto tanto joga como ponta-de-lança ou meia-armador. Diz Marinho Peres que vai observar seu rendimento no coletivo de amanhã, para definir a formação do time no apronto de sexta-feira. Depois de 48 horas de folga depois da vitória de 3 a 0 sobre o Madureira, os jogadores vão se apresentar novamente hoje, de manhã, em Vila Isabel, para começar a semana do Vasco. Uma das novidades do treino de hoje será Paulo Alves, zagueiro de área que veio de Rondópolis para testes.

BOTAFOGO

Paulinho de Almeida será forçado a mexer no time do Botafogo, para o jogo de amanhã à noite, em Maracanã, contra o Serrano. Rocha terá que cumprir suspensão automática por ter sido advertido cinco vezes com o cartão amarelo. Almir será seu substituto. Também haverá uma alteração na defesa: Zé Eduardo

piorou da contusão na coxa e não poderá jogar, cedendo seu lugar a Osvaldo. Perivaldo será observado hoje pelo técnico e, se estiver bem, volta ao time, saindo Gilmar. Quanto a Edson, será mantido na ponta-direita. Jogou muito bem contra o Fluminense e Ziza ainda não se recuperou das dores na virilha direita.

Ainda sem esconder sua euforia por ter marcado os dois gols na vitória de domingo, Jerson, humilde e muito sincero, confessou ontem não ter sido o último a tocar na bola no lance do primeiro gol:

— Eu agradeço ao Arnaldo César Coelho ter creditado a mim o gol, mas, na verdade, o gol foi mesmo de Edinho, contra. Quando eu cabeceei a bola, o Paulo Vitor ficou batido no lance e apareceu o zagueiro para tentar afastar o perigo e marcou contra.

FLUMINENSE

Apesar de ter sido defendido ontem pelo vice de futebol Rafael de Almeida Magalhães, João Carlos Camargo ainda poderá cair esta semana do comando técnico do Fluminense. João Carlos, que tem sido bastante criticado pelos próprios jogadores, por causa das alterações erradas que faz durante as partidas, não assinou ainda o seu contrato. Está recebendo Cr\$ 700

sua equipe é formada por um grupo de 18 jogadores profissionais, com idades oscilando entre 18 e 23 anos. A seleção paulista chegou à Kuala Lumpur depois de 25 dias de intensos treinamentos.

O time brasileiro — a primeira equipe sul-americana a participar deste torneio desde seu início, em 1957 — realizou o seu segundo treinamento na capital da Malásia, em meio de um sólido otimismo.

Os jogadores que participaram do treino foram os seguintes: Cláudio Roberto Moreira Gomes, Jarchas Olimpi Pereira, Nilson Carlos de Quequi, Wilson Roberto Gotardo, Wilson R. Montavani, Gilberto A. Farias, Luis Reinaldo Barbosa, João Luis Barbosa, Júlio César Pedraza, Daniel Anastácio Antônio C. M. Azevedo, Antônio Carlos da Silva, Antônio José F. Fratatônio, Jo-

sé Maria Rodrigues, Arnaldo Ferreira de Souza, João Luis Ridolgo, Aquiles Fernando Kupér e Walter Albeiri.

Os paulistas são considerados como "a principal atração" do torneio e poucos acreditam que os sul-americanos não possam chegar às finais do campeonato.

A competição foi programada em duas etapas:

Depois da rodada de eliminação, na base do sistema de "todos contra todos", os dois primeiros de cada grupo disputarão as semifinais e os vencedores jogarão pelo título, em 20 de setembro.

Os brasileiros, situados no grupo "B", enfrentarão nesta primeira rodada as equipes do Iraque, na próxima quinta-feira, da Coreia do Sul, em 7 de setembro, Singapura, em 9 a Tailândia.

Luiz Augusto

Um Jantar Elegante

Proseguindo na sua série de jantares em petit-comité, o bachelor Sérgio de Sória abriu seus salões para mais um, em torno da embaixatriz Gemina de Melo Franco elegantíssima em seu luto preto. Estavam na noite... Lisa (verde) e Gastão Veiga, Leda Lúcia (preto) e Arlindo Galdesno, Nélia (preto) e Eduardo Chermont de Brito, Maria Eudécia da Cunha Bueno com um decote muito sexy... Olívia Rollm (from Mato Grosso) com um belo conjunto de esmeraldas e Nelson Mello da Fonseca. Foi um dinner muito requintado.



Embaixatriz Gemina de Melo Franco

Iwenty Generation

... e Luiz terminaram

Aconteceu II Ballo Giallo

- 1 — A presença rara nas noites cariocas da sexy Nora Sabbá
- 2 — O som realmente espetacular um dos pontos altos da festa.
- 3 — O modelito medieval, mas em estilo Punk que Cláudio Parreiras vestia.
- 4 — O novo romance da maneca Jane Bezerra, cuja roupa (a dele) era estremamente out...
- 5 — Patrícia Niemeyer com Luis Felipe Indio da Costa.

Almoço no Copa

... e Luiz terminaram

A Linha Mitterrand

Quando Flora de Morgan Shell, condessa de Moustier fez sua entrada triunfal no jantar de Carlota Cattaneo Adorno os outros convidados ficaram por momentos, mudos de espanto... A famosa pintora, levava um vestido de lamê dourado totalmente enfeitado de lantejoulas e com os seus cabelos louros mais armados do que nunca. Segundo uma língua ferina presente ao dinner, a condessa mora em Paris, está agora na linha Mitterrand.

Gota D'Água

- 1 — Amanhã à noite em longos e gravatas pretas, Glória e Ricardo Amaral recebem em sua discoteca para a entrega do Troféu Hipopotamus.
- 2 — Grande almoço na próxima segunda-feira comemorará o aumento de idade de Márcio Lebelson.
- 3 — Amanhã Lúcia Marcello Roberto recebe para jantar.
- 4 — Daise Bonjeon voltou de uma circulação de business pelo Comad com esticada nos teatros de Nova York.
- 5 — Fazendo muito sucesso no beautiful people, no mundo da moda e adjacências de Ipanema a nova Revista Oniparus.

Otávio Rainho: dois anos de corrupção ativa e passiva

De HELIO FERNANDES

OTÁVIO RAINHO



2 anos sem ser demitido. Que República.

A RESISTÊNCIA do sr. Otávio Rainho como Presidente do IBC é alguma coisa de inacreditável. Não sei nem quero saber quem dá proteção a esse cavalheiro (cavalheiro? Ha! Ha! Ha!), mas seja quem for, tem que ser muito forte e poderoso, pois as acusações contra o sr. Otávio Rainho há muito tempo já saíram do simples terreno da coisa sonhada ou imaginada para entrarem no setor da coisa provada, irrevogável, inofismável, que não pode ser desmentida de maneira alguma. As coisas que tenho dito e provado nestes últimos dois anos contra a "administração" do sr. Otávio Rainho são de tal gravidade que o mínimo que deveria ter acontecido seria o sr. Otávio Rainho mandar fazer um processo contra mim e depois abandoná-lo, pois ele sabe que não pode se defender de uma linha de tudo o que venho dizendo, afirmando, mostrando e provando contra ele. Portanto, como é que o sr. Otávio Rainho pode mover um processo contra mim, tentar se defender na Justiça que é o lugar certo, se ele tem medo que eu descubra mais coisas que certamente ainda não descobri? Pois se na verdade tenho feito acusações terríveis contra o Presidente do IBC e sua política nefasta para o País e altamente privilegiada para alguns amigos e testas-de-ferro de multinacionais, não tenho a pretensão de ter descoberto todas as patifarias do IBC.

MAS SE O SR. OTÁVIO RAINHO não entra com um processo para se defender, agora vai sofrer um processo da parte dos cafeicultores brasileiros, que cansaram de ser explorados, espoliados, roubados e prejudicados por esse incrível Otávio Rainho que só tem olhos para as multinacionais, só favorece as multinacionais, só beneficia as multinacionais. Mas agora a Associação Comercial de Santos comunicou oficialmente ao sr. Otávio Rainho que ou ele revê imediatamente a distribuição de cotas de café, distribuição que só beneficia aos amigos, apaniguados e multinacionais, ou eles entrarão imediatamente na Justiça com uma medida restauradora dos seus direitos. O sr. Otávio Rainho fica irritado, tem quase um ataque de apoplexia, e diz aos poucos amigos que lhe sobraram: "Isso é coisa daquele jornalista Helió Fernandes que jogou todo mundo contra mim".

O CORRUPTO OTÁVIO RAINHO está fazendo uma injustiça aos defensores dos exportadores de café, me injuriando, e dizendo uma inverdade. Pois eu deveria ter realmente conseguido jogar não só a opinião pública mas o próprio Congresso e o governo contra esse Presidente do IBC que na verdade só preside as cotas e os interesses das multinacionais. E nestes últimos dois anos fiz tantas e tais denúncias contra o sr. Otávio Rainho, que alguma providência deveria ter sido tomada não só para proteger o interesse nacional, mas para responsabilizar o sr. Otávio Rainho. O próprio SNI entrou no circuito para apurar minhas denúncias mas com um objetivo contrário ao interesse nacional. O SNI queria ver se me apanhava em falso, se eu estava fazendo acusações sem provas, e então me crucificar. Mas quando o SNI descobriu que tudo o que eu dizia era rigorosamente verdadeiro, meteu o rabo entre as pernas e saiu do circuito. Sem informar o Presidente da República como era sua obrigação, e sem pedir a demissão do sr. Otávio Rainho, como era seu dever. Todo mundo tem pálpico do SNI neste País. E quando ele começou a investigar o negócio do café muita gente ficou esperanças. Mas eu que dou gargalhadas com a propalada competência dos homens do SNI, sabia que nada aconteceria, pois eles queriam pegar a mim, que era o denunciante, e não o sr. Otávio Rainho que era o acusado. Que República.

■ ■ ■

A PROPÓSITO dos escândalos da administração do sr. Otávio Rainho no IBC cabe sugerir aos

órgãos de informação do Governo e ao Palácio do Planalto que mandem investigar os motivos que levaram o presidente do IBC a não fechar os registros de exportação de café em junho de 1979, quando houve uma forte geadada e ele se encontrava, como toda a diretoria do IBC, em Guarujá, num seminário de café. Naquele dia o diretor de exportação, Sigurd Schindler, exigia o fechamento do registro, para evitar a especulação baixista, a venda fria de café por exportadores. Mas Rainho recusou-se a fechar o registro e permitiu que firmas de seus amigos corresse ao telefone e ao telex, em Santos, para fechar vendas frias de café a hipotéticos compradores no exterior. Mais de 600 milhões de dólares de vendas frias foram realizadas num só dia (1.º de junho) de 1979 pela facilidade dada pelo sr. Rainho aos seus amigos.

OUTRO FATO grave a apurar é a sua relação com uma firma denominada Green Coffee, com sede aparente em Lugano, Suíça, e ligada a importadores de café italianos e a amigos pessoais de Rainho. Essa firma foi premiada também em 79 com 100 mil sacas de café com descontos dos contratos especiais e não tinha condições de absorver, nem de exportar esse café. Mas com essa operação seus donos ganharam rios de dinheiro e até hoje continuam faturando, pois a firma é a maior beneficiária das dadas do sr. Rainho. O fato pode ser facilmente comprovado no setor de comercialização do IBC e junto a exportadores brasileiros, como Tristão, Jair César, Horácio Coimbra, Fenelon Machado Neto, Jacques Assa, todos do primeiro time dos exportadores de café e que na época denunciaram a proteção dada pelo sr. Rainho à Green Coffee (que é apenas uma caixa postal na Suíça) e seu acum-

placimento notório com o representante brasileiro dessa firma e seu acionista principal. Pergunta-se: qual o interesse do presidente do IBC em beneficiar essa firma? Elementar a resposta.

• • •

PODERIA TAMBÉM o Governo apurar o que ocorre na área do consumo interno de café, comandada pelo diretor, o mineiro Puliti e pelo chefe de gabinete de Rainho, o paranaense Guilherme Braga. A caixinha do consumo interno é rigorosamente conhecida na praça e por todos os torrefadores brasileiros. Somente os que colaborarem para a caixinha têm direito ao aumento de suas cotas ou de cotas extras de café a preço subsidiado e, agora, ao financiamento do Governo. Nesse mesmo setor seria elucidativo que as autoridades de informação apurassem o crescimento rápido de uma firma, Jota Marino, intimamente ligada a Rainho e Guilherme Braga e cuja sede é assiduamente freqüentada pelo filho do sr. Rainho, estudante em Brasília. Poderiam as autoridades obter facilmente no IBC (departamento de consumo interno) o montante dos benefícios extraordinários dados por Rainho a essa firma de torrefação. Não satisfeito com o fato de ter propiciado ganhos fantásticos a exportadores amigos na geada de 79, o sr. Rainho repetiu a dose este ano, deixando o registro do IBC aberto em seguida às geadas, o que jamais foi praticado por quaisquer outras administrações do IBC. Evidente que os exportadores amigos do sr. Rainho registram novas vendas frias, com fabulosos prejuízos para o País. E tacadas monumentais para eles. Que República.

• • •

SERIA AINDA interessante que o Planalto mandasse apurar os prejuízos causados pela Pancafé ao Brasil, que foi desativada por Rainho para fazer o acordo de café de Londres, ano passado. Trata-se de dinheiro público e a sociedade tem o direito de exigir a prestação de contas do IBC na Pancafé e saber qual o destino dado ao café remanescente da Pancafé que, segundo se diz entre os exportadores brasileiros, foi comprado, a preço baixíssimo, exatamente pela Green Coffee, intimamente ligada ao presidente do IBC. Nesse mar de lama também o Planalto poderia investigar as despesas com mordomias do sr. Rainho, aqui e no exterior e inclusive na mansão da Caixa Econômica que o IBC aluga para residência do sr. Rainho em Brasília, conforme denúncias publicadas na Imprensa sem o menor desmentido do IBC. E quem não desmente, claro que consente. Seria interessante que as autoridades verificassem o pagamento das faturas do IBC à Caixa Econômica, mensalmente, para examinar os gastos das Mordomias do sr. Rainho e de sua ilustre família em Brasília. E também verificasse as despesas pagas no exterior, nas suas viagens, pelos escritórios do IBC em Nova Iorque, Milão, Londres, Hamburgo. Estão lá as notas de despesas de buates, restaurantes de luxo, suítes nos maiores hotéis do mundo, champanha e caviar que o sr. Rainho consome habitualmente. Como seria de todo conveniente ao bom nome do Governo apurar as ligações do sr. Rainho com a Green Coffee, com Lavazza da Itália, com Montefiori também da Itália, grupos econômicos que têm sido largamente beneficiados pelo sr. Rainho. Os exportadores brasileiros poderão testemunhar e dar informações muito detalhadas a respeito desses fatos graves. Graves não, gravíssimos.